

PESQUISA APLICADA

A PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA  
PAULISTA NA REPRESSÃO POLÍTICA -  
O CASO VOLKSWAGEN

*Relatório Final*

COORDENADOR GUARACY MINGARDI  
ANALISTA MARTIN A. CARONE DOS SANTOS

Setembro de 2017

## **Índice**

Introdução .....	3
1- Metodologia.....	8
2- Apoio a nazistas .....	13
2.a- Introdução.....	13
2.b- As referências .....	13
2.c- Conclusão.....	20
3- A segurança na VW .....	22
3.a- Introdução.....	22
3.b- Estrutura .....	24
4- IP 784/72 da 1a Auditoria .....	33
4.a- Introdução.....	33
4.b- O Inquérito .....	34
4.c- O processo e a lista negra.....	38
4.d- Conclusão .....	39
5- Colaboração .....	40
5.a- Introdução.....	40
5.b- Dr. Davi Rumel .....	43
5.c- comunidade de informações .....	45
5.d- fornecimento de dados .....	50
5.e- Financiamento .....	56
6- Repressão .....	58
6.a- O auxílio à repressão segundo a bibliografia.....	58
6.b- diferença entre colaborar e reprimir .....	65
6.c- publicações consideradas subversivas.....	67
6.d- Os Boletins de Ocorrência Volkswagen (BOVW) .....	69
6.e- Relatórios da Volks para a repressão .....	71
6.f- Prisões na VW .....	72
6.g- Polícia na VW .....	72
7- Lista negra enquanto prática institucional.....	75
7.a- Utilização da Comunidade Complementar de Informações .....	85

7.b- Centros Comunitários de Segurança .....	86
7.c-Casos específicos .....	88
7.d-Conclusão .....	89
8- Conclusão.....	91
Bibliografia.....	97
9- Anexos.....	102

## **Introdução**

O principal objetivo desta pesquisa é verificar as alegações de conluio entre a Volkswagen e a repressão política, especialmente a polícia política, durante a ditadura militar 1964/1985.

Nossa função é analisar os documentos e depoimentos existentes e buscar novas provas ou indícios dessa ação, fornecendo insumos para o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado de São Paulo definirem a procedência das alegações nesse sentido.

Portanto esta é uma pesquisa aplicada, que deve produzir conhecimento prático, voltado para a aplicação dos resultados na “solução mais ou menos imediata do problema encontrado na realidade”. (Barros e Lehfeld, 2000)

O relatório segue esta linha. Foi montado com pouca discussão teórica - apenas o mínimo necessário para facilitar a compreensão do objeto. Nele demonstramos o resultado de sete atividades:

1. Leitura da bibliografia pré-existente, com ênfase nas publicações que aludam as relações entre empresas e a repressão durante a ditadura militar;
2. Análise dos documentos fornecidos pelos sindicatos que constam na representação de 22 de setembro de 2015;
3. Análise dos documentos coletados pelo Ministério Público Federal;

4. Análise das oitivas realizadas;
5. Entrevistas com ex-funcionários da Volkswagen;
6. Busca de novos documentos nos arquivos públicos;
7. Análise conjunta desse material.

A fim de facilitar a compreensão dos termos empregados no relatório, iniciamos apresentando uma breve discussão do que a literatura especializada define como “polícia política”.

Existem inúmeras versões sobre isso, mas uma das mais realistas, que não discute questões morais ou éticas, e a de Reznick (2004) que define esses grupamentos policiais através de sua atividade, que visa:

*“...repressão de indivíduos, grupos, associações e movimentos que possam exercer atividades não toleradas pelo regime político vigente.”*

Na prática a polícia política serve a interesses de um governo ou outra instituição que busque ter poder em um Estado Nacional. É utilizada para combater dissidentes, opositores e os adversários do grupo, partido ou classe dominante. Na história moderna praticamente todos os países com regime autoritários têm ou tiveram uma instituição do tipo.

E no Brasil não foi diferente. Os dois períodos em que esse tipo de organização teve mais poder foram no Estado Novo (1937-45) e durante a ditadura militar (1964-85), mas a primeira organização policial voltada para a repressão política no Brasil nasceu antes disso. O DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) paulista na década de 1920 já

exercia funções de controle político. Foi criado em 30 de dezembro de 1924 e, três anos e meio depois (fevereiro de 1928), foi regulamentado através do Decreto 4405-A.

A grande preocupação dos governantes da época era o que chamavam de questão social, que desde 1910 passara a ser considerada um problema de polícia. E desde o começo houve interação notável entre esse órgão e o empresariado paulista. Paulo Sérgio Pinheiro comenta como os industriais receberam a criação do Dops. Poucos meses depois da criação do DOPS uma entidade empresarial lançou uma circular para seus associados dizendo que:

“Agora a Delegacia de Ordem Política e Social está identificando todo o operariado de São Paulo, da capital e do interior. Dentro de algum tempo o Centro (dos Industriais de Fiação e Tecelagem), passará a fornecer uma ficha completa dos indesejáveis, cujos nomes e delitos foram comunicados. Mandará a cada associado uma ficha completa e cada qual formará um arquivo dos indesejáveis. – arquivo em que haverá o nome do delinquente, sua filiação, impressão do polegar e fotografia.” (Pinheiro, pp 111)

O autor acrescenta que em 1928, três anos após sua criação, o DOPS paulista já havia fichado 102.654 operários, quase um terço da força de trabalho da época, sempre contando com a colaboração do empresariado. E com isso os empresários deixaram de ter de se preocupar com a elaboração das “listas negras” - a polícia política ocupou esse espaço.

Alguns outros Estados da União tinham seu próprio DOPS ou algo semelhante. A organização mais importante atuava na Capital Federal

(Rio de Janeiro), onde foi criada a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS):

“.. criada em 10 de janeiro de 1933 pelo Decreto nº 22.332 com o objetivo de entrever e coibir comportamentos políticos divergentes, considerados capazes de comprometer "a ordem e a segurança pública". (CPDOC/FGV)

No pós-guerra havia uma multiplicidade de órgãos do tipo. Porém apenas no governo Juscelino Kubitschek foi criado um órgão nacional, o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI), subordinado ao Conselho de Segurança Nacional. Após o golpe militar de 1964 ele se transformou no SNI (Serviço Nacional de Informações), o principal setor do governo federal dedicado a coleta de informações, mas não o único. Com ele concorriam o CISA (Centro de Informações da Aeronáutica), o CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), o CIE (Centro de Informações do Exército).

Outro órgão de repressão política foi o Doi-Codi (Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações e Defesa Interna).

E além grupamentos militares havia outro grupo semioficial, a OBAN (Operação Bandeirante), que reuniu funcionários do Exército, Polícia Militar e Polícia Civil e foi absorvida pelo DOI-CODI após um ano de atuação. Portanto o Brasil não teve durante o regime militar apenas uma polícia política, mas sim várias.

E o principal objeto de nossa busca foram os registros da possível ligação entre a Volkswagen com pelo menos quatro desses

grupamentos de polícia política: o DOPS, a CISA, o SNI e a Oban/DOI-CODI.

Para expor os resultados dividimos este relatório em oito partes, cada uma delas analisando um aspecto desse vínculo entre a empresa e os órgãos encarregados da função de polícia política.

## **1- Metodologia**

Qualquer pesquisa histórica tem de lidar com a questão do uso de documentos, o que envolve muitas discussões sobre sua validade e a real possibilidade de generalizar o que pode ser apenas um evento isolado. Neste nosso trabalho, além de utilizamos documentos originais, que são matéria prima com que se constrói a história, também tivemos acesso a depoimentos de pessoas envolvidas nos fatos narrados. Apesar disso facilitar o tratamento das informações, temos que alcançar um grau maior de certeza do que um historiador, afinal a finalidade deste relatório vai além do artigo ou livro acadêmico. Trata-se de emitir um parecer que pode ter efeito em um procedimento legal do Ministério Público Federal. Portanto necessário explicitar da melhor forma possível a coleta e utilização do material, detalhando os critérios utilizados.

Para analisar cada um dos documentos adotamos os critérios estabelecidos pelo historiador de Harvard, Robert Darnton, historiador e especialista na França pré-revolucionária, que analisou por décadas os relatórios da polícia política do antigo regime naquele país. Em um artigo chamado O Dossiê Brissot ele discute as provas de que esse personagem, famoso e idolatrado durante a revolução, foi um informante da polícia política nos anos 1780.

Como nosso assunto é similar, utilizamos a mesma metodologia, que é de trabalhar os documentos e testemunhos dentro de três parâmetros. Eles dizem respeito a cada um dos documentos, e justificam sua utilização como fonte de conhecimento. Em nossa pesquisa procuramos três tipos distintos de informação:

- a.* Provas corroborativas;
- b.* Contra evidências;
- c.* Evidências circunstanciais.

Outro parâmetro, que precede todos os outros, diz respeito a natureza da evidência contida nos documentos. Ele é o mais importante, pois é através dele que definimos o valor das informações obtidas através da documentação empregada.

A primeira coisa a considerar é a fonte dos documentos, e praticamente todos os que utilizados neste relatório provém de duas fontes oficiais: o Arquivo Público do Estado de São Paulo e o Arquivo Nacional.

O arquivo paulista contém vários acervos distintos, mas ativemos nossa busca particularmente ao arquivo do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), que serviu como polícia política de 1924 a 1983, quando foi extinto pelo governador Franco Montoro. Esse arquivo está dividido em três seções distintas: Arquivo Geral, o Arquivo da Delegacia de Ordem Social e o Arquivo da Delegacia de Ordem Política.<sup>1</sup>

Parte dele, cerca de um milhão de documentos, está digitalizado. O resto é constituído de pastas e fichas, que são acessadas através de um índice onomástico. Quando o pesquisador identifica uma ficha ou documento de seu interesse solicita aos arquivistas, só então esses documentos são digitalizados e disponibilizados.

---

<sup>1</sup> Segundo o site oficial da instituição “O arquivo do DEOPS faz parte do acervo textual público e é formado por aproximadamente 3.5 milhões de documentos, 1.538.000 fichas, 149.917 prontuários e 9.141 “dossiês” de pessoas, partidos políticos, empresas e movimentos sociais de interesse dos órgãos de repressão”.

No Arquivo Nacional estão localizados acervos de várias instituições diferentes, que constituem os arquivos da Ditadura Militar. Por exemplo da Polícia Federal, do Serviço Nacional de Informações (SNI), do Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), do Centro de Informações do Exterior (CIEX/ME)<sup>2</sup>, do Conselho de Segurança Nacional, etc. São mais de duas centenas de instituições que atuavam na repressão política. Além dos documentos institucionais, o Acervo da Ditadura mantém alguns documentos produzidos por instituições ou pessoas que eram adversárias do regime.<sup>3</sup>

Outra característica do acervo da Ditadura Militar é que todos documentos, ou quase todos, foram digitalizados com recursos da Comissão Nacional da Verdade. Portanto, ao contrário dos documentos localizados no Arquivo do Estado de São Paulo, não tivemos acesso físico aos documentos.

Na extensa busca que fizemos em São Paulo e Brasília, o critério central foi buscar apenas documentos oficiais escritos durante a ditadura pelos órgãos repressivos. Ou seja, buscamos somente informações produzidas pelo regime militar. O motivo disso é que não estamos buscando dados sobre o que a oposição achava que estava ocorrendo, mas informações sobre o que os membros do aparelho repressivo tinham a dizer sobre a colaboração das empresas em geral e da Volkswagen em particular.

Por exemplo, ao contrário de alguns órgãos de imprensa, não utilizamos o discurso de sindicalistas de que a segurança da Volkswagen vigiava todos, que o sistema era gerido por militares a serviço do regime,

---

<sup>2</sup>Mantido pelo Itamarati e utilizado com frequência para vigiar os exilados políticos. Para mais informações ler o relatório da Comissão Nacional da Verdade.

<sup>3</sup> Segundo dizeres do site do Arquivo Nacional “A identificação e consequente recolhimento destes órgãos foi resultado de pesquisa realizada pela equipe do Arquivo Nacional em Brasília, que efetuou levantamento na base de dados do SNI (recolhida com a documentação) e identificou 249 órgãos setoriais de informação”.

etc. Por conta disso ficaram de fora inúmeros discursos e panfletos de sindicalistas, que foram coletados pelos órgãos de repressão e estão nos arquivos da ditadura. Utilizamos apenas as informações, relatórios e documentos produzidos por agentes da repressão. Ou seja, quando mencionam que a informação veio da fonte X ou Y, não é uma suposição, trata-se do ponto de vista da Polícia Política, frequentemente escrito pelo agente que contatava essa fonte. E foi nesses documentos que buscamos provas da participação, ou não, da Volkswagen na repressão e de sua ligação com o aparelho repressivo do estado.

É evidente que não necessariamente as informações que constam de um documento oficial correspondem exatamente aos fatos, pois dependem de interpretação do agente ou analista, mas na maioria das vezes são muito fieis quando discutem suas fontes. Ou seja, a informação de que o indivíduo X ou Y pertence a determinada organização de resistência ao regime pode ser ou não verdadeira, depende muito de quem informou. Já a fonte ou o informante sempre é identificado, pelo menos para seu agente. Como mostraremos neste relatório, cada informe recolhido pela ditadura mostrava de onde provinha, se era de um documento oficial da empresa, do relacionamento com o setor de segurança da Volks, de conversa de agentes com dirigentes, de fatos observados por agentes, etc.

Para manter tal critério os documentos dos arquivos pesquisados, que traziam informações de adversários da repressão sobre o envolvimento da empresa, não foram utilizados. Apenas aqueles que revelam, sem sombra de dúvida, o grau de envolvimento da Volkswagen com a repressão.

É importante mencionar que nem todos os documentos produzidos pelos órgãos repressivos da ditadura estão nesses arquivos. Muitos foram

destruídos por pessoas ligadas a repressão e outros, como do CIE (Centro de Informações do Exército), ainda não foram localizados.

Mesmo entre os arquivos tornados públicos muitas pastas estão incompletas. Documentos comprometedores foram subtraídos durante o período em que eles estiveram fora do escrutínio público. No arquivo do SNI existem lacunas extensas. Faltam inúmeros fichários que foram ocultados nos estertores da ditadura. Além disso, o principal órgão de informações, o SNI, foi extinto em 1990, mas um embrião continuou e manteve a posse sobre os documentos até 2007, quando foram requisitados pela Presidência para o Arquivo Nacional. Segundo alguns ex-funcionários, nesse período muita coisa comprometedora foi retirada.<sup>4</sup>

O caso do Arquivo Público de São Paulo é mais complexo, porque no final do ano de 1982 o diretor do DOPS, Romeu Tuma, foi nomeado superintendente da Polícia Federal em São Paulo. E como o governo militar temia que o governador eleito, Franco Montoro, abrisse ao público os arquivos, Tuma levou-os com ele, tendo permanecido com os mesmos até quando foi nomeado Diretor Geral da PF. Eles só foram entregues ao governo do Estado em 1991. Quanto ao fato de estarem incompletos não resta dúvida. Uma das provas disso ocorreu quando foram localizados numa sala escondida da Seccional de Polícia de Santos arquivos do DOPS. Entre os documentos inéditos recuperados havia vários que eram cópias de papéis que deveriam estar no arquivo central, mas não havia qualquer registro deles. E a perda desses documentos é até mais importante que os do Serviço Nacional de Informações para o caso em tela. Isso porque o grande interlocutor do empresariado paulista foi o DOPS, desde sua criação na década de 1920.

---

<sup>4</sup> Vide os depoimentos de agentes públicos no site da CNV

## **2- Apoio a nazistas**

### **2.a- Introdução**

A Volkswagen foi estatal criada por Hitler em 1938 para produzir automóveis populares em larga escala. Com a queda do III Reich a empresa se internacionalizou e chegou ao Brasil em 1957. Na época, com doze funcionários e um galpão no bairro do Ipiranga, eram apenas montados os automóveis com as peças vindas da Alemanha. Com o crescimento na produção, em meados dos anos 60, metade da frota nacional era Volkswagen. (Anexo 22 - reportagem sobre o Sr. Wenk, um dos primeiros presidentes da Volkswagen no Brasil)

Na representação feita pelo sindicato consta que: "Embora empregado formalmente como engenheiro, há denúncias de que Stangl<sup>5</sup> tenha sido o responsável pela estruturação do sistema de segurança da Volkswagen" (pag. 10 da representação).

Assim buscamos na documentação da empresa quaisquer elementos que viessem a esclarecer essas duas linhas:

- a.* Proteção a foragidos nazistas
- b.* Ligação de Stangl com o setor de segurança industrial.

### **2.b- As referências**

Encontramos apenas cinco referências discretas, em geral, à presença de nazistas na Volkswagen do Brasil:

---

<sup>5</sup> Ex-comandante de campo de extermínio durante a Segunda Guerra Mundial que trabalhou na Volkswagen e foi deportado em 1967 pela justiça brasileira.

1. Relatório sobre o diretor superintendente da Volkswagen datado de dez/64. (Anexo 1 - informe 1964 sobre Schultz-Wenk, arquivo original BR\_AN\_BSB\_VAZ\_059A\_0037)
2. Prisão de Franz Paul Stangl; (Anexo 2 - relatório do dossiê Stangl no DOPS)
3. Referência a certo "Leopold" (Anexo 2 - relatório do dossiê Stangl no DOPS)
4. Franz Wagner; Anexo 3 - artigo da DW com entrevista com o Prof. Daniel Stahl.
5. Documento apócrifo relatando entrevista com possível assessor da presidência da empresa. (Anexo 4 - relatório de 1977 sobre possível sequestro de presidência de grande indústria alemã em SP, arquivo DOPS 30-Z-160-15738.)

Nos subitens abaixo vamos resumir o material encontrado a respeito dessas referências.

#### *2.b.1- Relatório sobre Wenk*

Relatório secreto de Aeronáutica (com difusão pelo II Exército - SNI/SP e DOPS) de finais de 1964 trata do diretor superintendente da VW do Brasil, Sr. Schutz-Wenk. (Anexo 1 - Informe 82/00-4)

Esse relatório sugere fatos desabonadores contra Wenk: usar nome falso, ter cometido estelionatos, ser corrupto e de ter participado das forças nazistas da SS e SA. Não cita qualquer fonte para as afirmações.

Anotamos à margem que, quando cita as eventuais participações na SS e SA, o autor do relatório chega a tentar relativizar o papel da Gestapo:

*"Certas pessoas dizem que o Sr. Schultz pertenceu à Gestapo e à SA. Esses rumores parecem duvidosos. Porém, mesmo que fosse verdade, se tivesse pertencido à Gestapo, mesmo assim o fato não teria maior importância, pois a Gestapo não era senão a Polícia Secreta do Estado Alemão, como em outros países existem o HKVD, a CIA ou simplesmente um humilde SNI. (...)"<sup>6</sup>*

Realizamos diversas pesquisas a respeito do Sr. Schultz-Wenk e não encontramos qualquer referência ao uso de nome falso, ter cometido estelionatos, ser corrupto ou de ter participado das forças nazistas da SS e SA. Foi membro da Juventude Hitlerista e posteriormente convocado para a guerra, tendo lutado na frente oeste. Foi detido pelos ingleses. Ao retornar para a vida civil foi trabalhar para a Volkswagen, Veio para o Brasil cuidar da nova fábrica na segunda metade dos anos 50 e aqui permaneceu em definitivo. (Anexo 22 - reportagem sobre Sr. Wenk)

### 2.b.2 O caso Stangl

Franz Paul Stangl nasceu na Áustria em 26/05/1908. No começo dos anos 30 já se envolvia com o partido nazista. Rapidamente obtém postos cada vez mais altos dentro da estrutura partidária até entrar para a SS. Pouco tempo depois é nomeado comandante dos campos de concentração de Treblinka e Sobibor. Nesses cargos foi o responsável direto pela morte de aproximadamente 900 mil pessoas.

---

<sup>6</sup> O que é um ponto de vista revelador da ideologia do autor do relatório.

Após a guerra permaneceu preso por três anos no presídio de Linz, fugindo de lá em maio de 1948. Foi primeiro para a Síria, aonde reencontrou sua esposa e três filhas. De lá veio para o Brasil, desembarcando em Santos em 8 de agosto de 1951. (Anexo 2 - relatório do dossiê Stangl no DOPS)

Em São Paulo trabalhou nas firmas SOTEMA (na época com sede na av. Francisco Matarazzo); Fatio Fabril (rua Florêncio de Abreu); SONAL (rua Dr. Flaquer) e, aproximadamente em 1960, começou na Volkswagen. (Anexo 2 - relatório do dossiê Stangl no DOPS)

Anotamos marginalmente que sua esposa, Maria Thereza Edenbok Stangl, também trabalhava na indústria automobilística, na Mercedes Benz. Ela desapareceu com as três filhas após a prisão do marido e inexistente qualquer referência ao que tenha acontecido depois. (Anexo 2 - relatório do dossiê Stangl no DOPS)

Stangl foi preso em 1967 pelo DOPS e extraditado pouco tempo depois.<sup>7</sup>

A peça inaugural dos autos sugere que Stangl teria sido o responsável pela elaboração e sistematização do setor de segurança interna da Volkswagen. (pp 9/10 da representação) Não há qualquer confirmação desse dado. Todas as referências a Stangl na época afirmam que suas funções seriam na parte de manutenção elétrica preventiva. Nada a respeito de qualquer atividade em segurança institucional.

Quando Stangl iniciou suas atividades na Volkswagen o setor de segurança institucional era ainda comandado pelo General Alcides C. de Castro e Silva, que permaneceu até 1969 - dois anos depois da prisão de

---

<sup>7</sup> Parte das informações veio dos arquivos do DOPS, parte da imprensa e também do trabalho de Guterman, 2016.

Stangl dentro da empresa (conforme arquivo dos dados dos funcionários do setor fornecido pela empresa).

Conforme explica o Sr.Sérvio Guidotti (por telefone, em 31/Ago/17), a gestão do Gal. Castro e Silva era bem distante do "profissionalismo" que seria implantado depois, através do Cel. Rudge.

Uma referência utilizada para demonstrar essa atividade de Stangl é que quando o delegado do DOPS, Dr. Bonchristiano, se identificou na portaria da VW para o prender, um segurança teria se admirado e dito, *"Mas como? Ele não é um dos nossos?"*. Não há qualquer confirmação quanto à veracidade dessa afirmação e o delegado tem uma versão diferente do episódio. Segundo entrevista do delegado Bonchristiano a Marcelo Godoi, publicada no O Estado de S. Paulo em 04/05/2013, alguém teria dito *"você conhece nosso pessoal mais do que a gente"*.

Nosso parecer a respeito é que se trata de informação sem lastro em qualquer fonte da época, sendo impossível comprovar sua veracidade ou falsidade. Portanto optamos por procurar apenas algum tipo de acobertamento pela empresa aos fugitivos nazistas, o que levou a duas outras linhas de análise.

### 2.b.3-Caso "Leopold"

Em relatório do DOPS quando da prisão de Stangl é afirmado, de passagem e sem citar fontes, que este recebia correspondência da Alemanha através de um outro funcionário da Volkswagen, de nome "Leopold de tal", dentro da própria empresa. (Anexo 2 - relatório do dossiê Stangl no DOPS).

Percorremos os arquivos do DOPS atrás de registros de algum simpatizante do nazismo com esse nome. Mas não logramos encontrar

quem quer que seja que se encaixasse nesse perfil. Também as informações da Volkswagen não trouxeram qualquer funcionário à época com esse nome.

Leopold pode ser o nome verdadeiro de alguém atuando sob nome falso, ou vice-versa. Ou então ser alguma informação falsa que acabou indo para o relatório do DOPS.

A ausência de outros dados tornou esse ponto impossível de ser desmentido ou comprovado. Nas requisições do MPF à Volkswagen foi incluído esse nome e o setor que este indivíduo supostamente trabalharia, mas segundo a resposta da Volkswagen ele não foi localizado pelo departamento pessoal da empresa.

#### 2.b.4-Caso Wagner

O interesse em Gustav Franz Wagner (Viena, 18 de julho de 1911 - São Paulo, 3 de outubro de 1980) surgiu a partir de uma entrevista com o Prof. Daniel Stahl, da Universidade de Jena, publicada pela Deutsche Welle<sup>8</sup> Prof. Stahl afirmou que Wagner também teria trabalhado na VW do Brasil.

Stangl por uns tempos foi o superior de Wagner, o qual depois veio a ser também comandante de campo de concentração. Da mesma maneira também veio a ser localizado no Brasil. Usou praticamente todo o tempo em terras brasileiras o nome falso de Gunther Mendel, ao contrário de Stangl, que sempre se apresentou com seu próprio nome.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup>(Anexo 3, retirado de <http://www.dw.com/pt-br/faltam-estudos-sobre-nazistas-que-se-esconderam-no-brasil-ap%C3%B3s-a-guerra/a-16803260>).

<sup>9</sup> GUTERMAN, 2016. Capítulos sobre Stangl e Wagner.

Nos arquivos público do Estado de São Paulo e no Arquivo Nacional não encontramos registros - sejam oficiais, oficiosos ou jornalísticos - a respeito dos passos dados pelo nazista Wagner no Brasil ao longo dos seus primeiros tempos por aqui. Segundo Guterman ele chegou nos anos 50 e passou décadas sem ser incomodado. Há numerosas referências à maneira como veio a ser identificado e localizado, bem como às circunstâncias em que veio a se suicidar no seu sitio aonde permanecia recluso. Entretanto, as suas atividades no Brasil quando aqui chegou, incluindo as realizadas sob nome falso, permanecem totalmente sem registro.

Não encontramos quaisquer referências a Wagner trabalhando na Volkswagen exceto pela afirmação do Prof. Stahl. Segundo Guterman ele teria muito contato com a família Stangl, além de trabalhar para outro migrante alemão, Goswin Mils, que fundou uma indústria de autopeças. Portanto poderia não ser de todo estranho à Volkswagen, mas mesmo assim seria uma ligação realmente tênue. E de qualquer maneira não encontramos nada que indicasse que tenha realmente trabalhado na empresa.

#### 2.b.5- Possível assessor da presidência da empresa

Nos arquivos do DOPS (pasta 30-Z-160-15738) há uma espécie de relatório apócrifo, datado de agosto de 1977. Sem papel timbrado ou qualquer outra identificação. (Anexo 4).

O autor diz que conversou com um responsável de segurança industrial, ex-oficial alemão no front russo e que teria sido assessor da presidência da VW. Esse indivíduo teria informações a respeito de possíveis atentados terroristas no Brasil contra empresas alemãs - mais

exatamente o sequestro do presidente de uma grande indústria germânica localizada em São Paulo.

Não logramos localizar qualquer referência a respeito desse possível assessor ex-oficial do exército alemão. Há ausência de desdobramentos a respeito nos arquivos do DOPS, ao contrário do que ocorre, por exemplo, com o descrito no arquivo AC\_ACE\_84252\_75, que contém a informação do SNI na 98/75/SI/DSI/MTb e anexos referentes aos seus desdobramentos (este documento (Anexo 5) também trata de outra "ameaça terrorista", esta decorrente da possível não aprovação da lei de anistia).

## **2.c- Conclusão**

Não pudemos chegar a qualquer definição exata a respeito das linhas que foram investigadas sobre a participação da Volkswagen. Guterman tem uma posição que consideramos a mais provável, pelo menos dentro das informações disponíveis até o momento. Segundo ele:

"Sabe-se que muitos ex-nazistas trabalharam para empresas alemãs depois da guerra, como forma de proteção. Klaus Barbie, o Açougueiro de Lyon, serviu à farmacêutica Boehringer e à comerciante de armamentos Merex AG, assim como o falsário Friedrich Schwend. Walter Ralf, o inventor das câmaras de gás móveis, trabalhou na indústria química IG Farben; Hans-Ulrich Rude, o maior piloto da Luftwaffe na Segunda Guerra, foi funcionário da Siemens; e Otto Skorzeny, um dos mais graduados

oficiais da SS, representou a Krupp, que fazia aço e armas. Franz Stangl e Adolf Eichmann também foram empregados de grandes indústrias alemãs – Volkswagen e Mercedes-Benz, respectivamente –, mas no caso deles nada indica que as empresas os tenham contratado em razão de seu passado nazista."<sup>10</sup>

O material encontrado a respeito, conforme descrevemos nos subitens anteriores, é bastante omissivo em detalhes que possibilitem construir certezas. E o que consta em arquivos jamais possui qualquer fonte precisa a ser seguida. Logo não há de se considerar como efetivo nem o apoio da empresa a foragidos nazistas e tampouco que Stangl tenha tido qualquer responsabilidade no setor de segurança da Volkswagen.

É natural que, aparecendo outros elementos de convicção, o parecer quanto ao tema seja em outro sentido. O que aqui concluimos é que tais pontos são impossíveis de serem desmentidos ou comprovados no momento pela ausência de outras informações.

---

<sup>10</sup> GUTERMAN, 2016.

### **3- A segurança na VW**

#### **3.a- Introdução**

O departamento de segurança da Volkswagen é formado pouco depois da empresa se estabelecer de fato. Lembramos que nos primeiros tempos a montadora contava com apenas doze funcionários realizando a montagem de peças importadas da Alemanha. (Anexo 22)

O setor de segurança é organizado a partir da entrada do General Alcides C. de Castro e Silva em abril de 1959<sup>11</sup>. O General permaneceu como o responsável pelo setor até sua aposentadoria em 1969, substituído então pelo Coronel Adhemar Rudge.<sup>12</sup>

Há relativamente poucas informações a respeito do General Castro e Silva: nascido em 1903, veterano da 2ª Guerra Mundial, iniciou os trabalhos do setor de segurança com apenas trinta e nove guardas.<sup>13</sup>

Segundo entrevista com o Sr. Sérgio Guidotti, funcionário da Segurança desde 1971 (primeiro como segurança e depois como técnico em segurança) a estrutura montada pelo General era de funcionários civis e sem experiência com as questões da área. Em suas palavras, o Cel. Rudge realizou uma "profissionalização da segurança", montando sua equipe direta **“essencialmente com pessoal oriundo das Forças Armadas”**.

Note-se marginalmente que os departamentos de segurança das grandes empresas da época eram geralmente dirigidos por militares, conforme verificamos no Informe 88/119/ASP/80 (Anexo 6). De 28 empresas citadas, dezenove tinham os respectivos setores de segurança

---

<sup>11</sup>Jornal FAMILIA VW, Julho de 1968, Anexo III dos autos, ref pag 128

<sup>12</sup>Arquivo com funcionários da VW fornecido pela empresa.

<sup>13</sup>Jornal FAMILIA VW, Julho de 1968, Anexo III dos autos, ref pag 128.

geridos por indivíduos oriundos das forças armadas, e uma delas por um coronel da Polícia Militar.

Tendo em vista as afirmações contidas na representação, bem como as informações que conseguimos nos bancos de dados oficiais dividimos nossa análise sobre a atuação do Departamento de Segurança Industrial da Volkswagen em dois períodos distintos:

*a) Contra o comunismo (1964-1978)*

*b) Contra o sindicalismo (1979-1981)*

Na primeira fase há um certo caráter ideológico quanto ao que está sendo combatido. Há investigação a respeito de eventuais infiltrados comunistas da empresa, além de busca de propaganda, panfletos e qualquer atividade contrária ao regime militar instaurado em 1964.

A segunda fase ocorre dentro do panorama que cerca as greves de 1979 e seguintes. O ponto crucial se torna o combate às greves e aos sindicatos.

Não encontramos referências a truculências ou repressões no período do Gal. Castro e Silva. Claro que a distância do tempo influencia na dificuldade de localizar dados, mas é certo que igualmente não encontramos contatos de qualquer espécie entre o setor de segurança da VW em seu período com quaisquer órgãos repressivos, antes ou depois de 1964.

### **3.b- Estrutura**

O que se depreende da estrutura do setor de segurança (no período Rudge pelo menos) é que havia forte presença de militares.

Não apenas o próprio Rudge, militar, mas também seu subalterno direto, Major Eugênio Ramos, sobre os quais falaremos adiante, tiveram longa carreira no exército, só abandonando a farda nos anos 60.

O Sr. Paulo Roberto Carvalho, ouvido por nós, é outro que fez carreira na empresa tendo sido analista de recursos e supervisor de segurança, também ex-militar. Conhecido pelos subordinados como Tenente Carvalho, ele era oriundo do exército, que deixou como R2 tendo ingressado na Volkswagen em outubro de 1972 e saído apenas em 2000, quando se aposentou. <sup>14</sup>

O Sr. Jorge Camargo Mayer, ex-militar da aeronáutica também trabalhou na área de segurança da empresa. Ele narra que conseguiu o emprego porque na Volkswagen, para ex-militares, não era preciso ter experiência prévia.

Igualmente o Sr. Sérgio Guidotti, oriundo do 2ºBPM. O qual, conforme já citado, afirmou que o Cel. Rudge montou sua equipe preferencialmente com indivíduos oriundos das Forças Armadas.

O Sr. Francisco Pereira, apesar de não ser militar, também era segurança da empresa entre 1978 até 1999, e confirma essa estrutura. Lembra-se como os chefes gerais da segurança do Cel. Rudge e, abaixo dele, o Cel. Eugênio. E como seu chefe direto o tenente reformado Carvalho.

---

<sup>14</sup>Os oficiais R2, são aqueles oriundos de NPOR - Núcleo Preparatório para Oficiais da Reserva ou CPOR - Centro Preparatório para Oficiais da Reserva

*3.b.a- Coronel Adhemar Rudge*

O Coronel Adhemar Rudge permaneceu décadas como o responsável geral pelo setor de segurança da Volkswagen que, apesar de existir anteriormente, passou a agir de maneira mais militarizada a partir de 1969, quando ele se tornou diretor.

*3.b.a.1- Rudge antes da VW*

No arquivo "Encaminhamento 1443/10/78/ASP/SNI" (Anexo 7) há uma ficha a respeito de Rudge indicando suas atividades profissionais:

- Diretor da Polícia Federal no estado da Guanabara (polícia de optantes);
- Assessor do Ministério da Justiça nas gestões Gama e Silva, Nilton Campos, Juracy Magalhães, Mendes Sá e Luis Viana Filho.

De suas passagens pelo Ministério da Justiça encontramos discreta presença em procedimentos diretamente ligados a repressão política. São duas passagens de mais peso:

- a)* O arquivo BR\_DFN\_BSB\_74\_REX\_APD\_0087 (Anexo 8) refere-se a pedidos de asilo político de brasileiros no exterior, quase todos para o Uruguai. Nas páginas 190/191 encontramos dois telegramas de 1967 onde Rudge consta como o assessor militar do gabinete do Ministro da Justiça. Em páginas anteriores há

possibilidade de encontrarmos assinaturas que podem ser de Rudge, mas não há como afirmarmos com certeza.

- b)* O arquivo BR\_AN\_RIO\_TT\_MCP\_PRO\_0064-1 (Anexo 9) é sobre procedimento de 1967 iniciado pelo CENIMAR sobre um jornal acadêmico clandestino, chamado "O Metropolitano", que ainda estaria circulando apesar da proibição. O assunto é avocado pelo SNI, que indica serem os prováveis responsáveis pela publicação Daniel Aarão Reis Filho e Vladimir Palmeira, sendo que a impressão estaria sendo feita nas gráficas do jornal "Correio da Manhã". O nome de Rudge aparece em um dos documentos gerados pela burocracia do Ministério da Justiça.

Frisamos que esses registros não indicam um envolvimento direto de Rudge em atividades de informações e/ou investigação, mas sim que ele estava trabalhando dentro dessa chamada "comunidade de informações" pouco tempo antes de ir prestar seus serviços para a Volkswagen, o que ocorreu em 1969.

### *3.b.a.2- A influência de Rudge*

A Informação 1984/117/78-ASP/SNI (Anexo 10) trata de investigações a respeito de Flávio Moacir Pinheiro Lina Jr, Procurador do INPS, que estava sendo investigado a respeito de corrupção, em um caso relativamente rumoroso da época, referente à empresa J. J. Abdalla. Na mesma época a esposa de Rudge, Adnélia Rocha Rudge, estava trabalhando naquele órgão, mais especificamente na Assessoria Regional de Informações do INPS.

A narrativa dos autos é bastante extensa, não tendo importância para nosso tema, já que se trata de uma investigação sobre corrupção envolvendo uma empresa privada e o Instituto Nacional de Previdência Social, sem vínculo com nosso objeto. O certo e de interesse é que a Sra. Rudge deveria ser exonerada juntamente com Flávio Lina Jr. Porém o Cel. Rudge, ao saber da exoneração iminente da esposa, foi ao Palácio do Planalto conversar com o chefe da Casa Militar. Ali conseguiu sustar a publicação da exoneração. Segundo o documento produzido pelo Centro de Inteligência do Exército ele teria acesso ao General Figueiredo.

A importância do presente subitem é demonstrar o conhecimento e influência de Rudge na organização política/administrativa da época.

### *3.b.a.3- Ligação com órgãos repressivos*

A ficha do Cel. Rudge no SNI menciona seu envolvimento com indivíduos ligados ao escândalo dos Impalas (pag. 272 do vol. 2 dos autos). Nessa ficha o Serviço Nacional de Informações relata um almoço que teria feito com um indivíduo investigado nesse escândalo.

O que se nota de mais importante quanto a Rudge é que ele foi peça fundamental para que a máquina administrativa da VW realmente colaborasse com o sistema repressivo estatal. Por óbvio existem alguns documentos assinados pelo próprio nos arquivos do DOPS.

O Anexo 5 contém a informação do SNI na 98/75/SI/DSI/MTb e documentação referente aos seus desdobramentos.

Essa informação trata da possibilidade de "atividades subversivas graves" no Brasil, notadamente quanto a ações terroristas, em especial caso não ocorra a aprovação da lei de anistia.

A informação narra que:

*"foi realizada uma ligação com a seção de segurança Industrial da Volkswagen e ali obtido de seu chefe, o Ten. Cel. R1 Ademar Rudge o esclarecimento que se segue: a comunidade de Segurança e Informação da área, que reúne representantes das demais grandes fábricas, lançou um P8; a segurança industrial da Volkswagen, ao processar o P8, extraiu os dados conhecidos desfigurados para dar ao diretor Presidente o quadro da situação, onde seriam pesquisados os indícios; explicou ainda o Chefe de segurança da Volkswagen que os dados conhecidos foram assim apresentados ao Diretor presidente porque, além do apoio a conduta as operações de informações, o Presidente tem responsabilidade na liberação de outros apoios, em caráter permanente, que são prestados aos OI de São Paulo; o Diretor Presidente, Sr. Wolfgang Sauer, desejando inteirar-se melhor da situação e interpretá-la com o assessor jurídico, dr. Jacy Mendonça, advogado da empresa, solicitou aqueles dados conhecidos ao chefe de segurança (...)"*

Se o tema em si do informe não tem maiores consequências, o contato com Rudge reveste-se de importância.

Deixa claro que o setor de segurança da Volkswagen estava afinado com o SNI; e principalmente que havia ainda conhecimento por parte das atividades pelo Diretor Presidente da empresa, o qual teria a possibilidade de liberar "outros apoios" aos órgãos de informação.

Por fim coletamos informações sobre essa comunidade de informações. Através delas fica provado outras grandes empresas do ABC

paulista davam apoio às atividades governamentais de repressão, não apenas a Volkswagen.

Rudge estava presente em diversos eventos dessa "comunidade de informações" extraoficial, em especial nos procedimentos relativos à lista negra. E igualmente tendo responsabilidade na entrega de informações em grande volume para os órgãos repressivos, especialmente nos finais dos anos 70. É dessa época, por exemplo, o documento encontrado nos arquivos do DOPS na pasta 40-Z-11-741, um relatório da Delegacia de Sindicatos e Associações de Classes. No relatório 55/80 de 20/Março/80 (elaborado pela equipe Fox 9) há uma pequena mostra da deferência com Rudge, pois foram conversar com ele a respeito da movimentação grevista.

Outro contato documentado de Rudge com a polícia política está ligado à repressão contra o jornal "O Ferramenta", que circulava na Volkswagen e talvez em outras montadoras. Aparentemente esse jornal de cunho trabalhista incomodava tanto a segurança da empresa quanto aos órgãos policiais. Uma informação da Polícia Federal, encontrada no Arquivo do DOPS (50-Z-308280001 - Anexo 12) remete a uma reunião dele com agentes da PF que relatam que:

- Ao local foi enviado um agente da nossa PS., a fim de apurar os constantes da INFO de referência (Info nº 20/60-CIO-SSP/SP), sendo recebido naquele local pelo Major ADEMAR RUDGE, chefe da segurança industrial daquela empresa, o qual já estava apurando a distribuição do panfleto "OFERRAMENTA".

- O referido oficial, forneceu ao nosso Agente, um relatório elaborado pelo mesmo sobre o assunto, juntamente com fotos e fichas individuais dos elementos suspeitos de terem ligações com a distribuição do referido jornal e panfletos subversivos, os quais seguem anexo por xerocópia.



E anexados ao documento estão as fichas da Volkswagen dos funcionários que ele suspeitava de distribuírem o jornal. E na última página do informe consta um relatório do próprio Adhemar Rudge ao agente federal João Henrique, onde o coronel termina agradecendo ao agente sua ajuda para resolver o “problema”. Tudo em papel timbrado da empresa.

*3.b.b - Major Eugênio Martins Ramos*

Há poucas referências ao Major Ramos tanto em autos como nas pesquisas nos arquivos estaduais e federais. O nome dele também não consta no rol de funcionários do Departamento de Segurança Industrial fornecido pela Volkswagen. No decorrer das entrevistas com ex-funcionários dessa unidade, soubemos da existência desse indivíduo, que era o segundo em comando, respondendo apenas ao Coronel Rudge.

Conforme depoimentos colhidos, Ramos era subordinado a Rudge e superior a outros ex-militares como o sr. Paulo Carvalho. Como seu nome não consta da listagem fornecida pela Volkswagen dos funcionários do setor de segurança não temos dados precisos a respeito de sua entrada na empresa. Sabemos com certeza que já estava ali em 1969 (DOPS 50-Z-318-3400 - Anexo 15).

No informe 88/119/ASP/80 (Anexo 6 - arquivo ASF/SNI 002964/1Abr80) ele é apresentado em pé de igualdade com o Coronel Rudge como responsável pelo setor de segurança (trata-se de listagem dos serviços de segurança de várias indústrias de peso).

Ex-combatente da FEB (Anexo 14) e aparentemente ligado ideologicamente ao movimento de 1964, a julgar por uma denúncia que fez em 16/jul/1964 ao DOPS, narrando que um certo Capitão Plínio de Deus Fernandes seria comunista (50-Z-9-1470, dado repisado na ficha 52-Z-0-16084 - anexo 13).

Oscar V. Sachs Jr narra episódio da participação de Ramos na construção da fábrica de Taubaté, ocasião em que houve um surto de meningite (anexo 14, tirado da página <http://www.jornalcontato.com.br/302/passagem/index.htm>):

*“Planejada em São Bernardo, sob comando do Dr. Ruy Braga, do Dr. Domício dos Santos e do Dr. Jomar Dal Moro, com participação de um dos chefes da Segurança, o Cel. Eugênio Martins Ramos, meu querido amigo, ex-febiano, foi organizada a Operação Minomax, nome de um antibiótico que, se aplicado a toda aquela população, teoricamente eliminaria todos os vetores de novas contaminações.*

*Num determinado dia, impedimos a saída de qualquer operário das obras e ministramos a todos eles os comprimidos do antibiótico. Houve reações negativas (muitos se negavam a tomar o remédio, ou tentavam esconder os comprimidos, afirmando que já tinham engolido; o Dr. Jomar era craque em descobri-los).*

*Com algum abuso de autoridade (quem leu sobre a Revolta da Vacina, contra Oswaldo Cruz, sabe do que estou falando), conseguimos que nenhum outro caso de*

*meningite atingisse o complexo da construção da Volks  
em Taubaté. ”*

O encontramos novamente no arquivo DOPS 50-Z-318-3400 - encaminhando em 1969 para o DOPS uma listagem de todos os funcionários da segurança da fábrica 2 (Anexo 15). Segundo o Sr. Sérgio Guidotti, na época seria requerido pelos órgãos repressivos o fornecimento da identificação de todo pessoal da área de segurança.

Sua ficha como ex-aluno da ESG (Escola Superior de Guerra) foi por nós localizada no Arquivo Nacional (Anexo 16). Embora a imagem digital esteja muito ruim, esbranquiçada, foi possível ver na última página uma referência a sua passagem pela Escola Nacional de Informações, o que o torna membro “comunidade de Inteligência”. É importante ressaltar que esse interesse na área de informações e seu perfil discreto (seu nome não aparece na imprensa nem nos comícios, ao contrário de Rudge) ele talvez fosse o homem das informações da diretoria.

#### **4- IP 784/72 da 1ª Auditoria<sup>15</sup>**

##### **4.a- Introdução**

Esse procedimento foi investigação realizada pelo DOPS em 1972 sobre a tentativa de instalação por membros do PCB (já na ilegalidade) de uma "célula" dentro da Volkswagen.

A investigação do DOPS ficou a cargo da equipe da Delegacia de Ordem Social, sob o comando do delegado Affonso Celso de Lima Acra. A acusação seria do crime previsto no art. 43 da Lei de Segurança Nacional.

Aparentemente foi caso considerado de relevo, tanto que no boletim mensal do DEOPS de outubro de 1972 (distribuído para outros órgãos semelhantes de outros Estados) encontramos na pág. 8 a seguinte nota:

*"dia 18- A Delegacia de Ordem Social instaurou inquérito contra Amauri Danhone, Annemarie Buschel, Antônio Torini, Geraldo Castro Del Pozzo, Heinrich Plagge, Lucio Antônio Bellentani, Luiz Esteves Olarti, Antônio Bernardino dos Santos, Antônio Chamorro, Anita Leocádia prestes, Arcileu Gonçalves de Oliveira, Edgard Silva, Glauco da Rocha Trota, Hilário Gonçalves Pinha, Jano Ribeiro, José Panequi, Lindonfo Silva, Teodoro Chercov, Oswaldo Pacheco da Silca, Dinarco Reis, Carlos Niebel e Aparecido José Noronha, envolvidos no PCB".*

O inquérito narra que alguns indivíduos, incluindo funcionários da Volkswagen, estavam organizando uma célula do partido dentro da

---

<sup>15</sup> Este procedimento foi localizado por nós a partir de referências esparsas obtidas em fichas diversas do DOPS e levou à identificação, localização e entrevistas com envolvidos que até então jamais haviam prestado depoimento, tal como o Sr Plagge e a Sra Annemarie Buschel.

empresa. Para tanto estavam realizando reuniões, captação de recursos e de adeptos e outras atividades consideradas como "subversivas".

O inquérito inicia já com a prisão do Sr. Amauri Danhone e seu interrogatório em 28/Jul/72.

Em rápida sequência são presos outros funcionários da VW, incluindo os aqui ouvidos como os srs. Bellantani (no próprio dia 28), Plagge, e a Sra. Annemarie Buschel.

Detidos para averiguações entre finais de julho e começos de agosto de 1972, foram liberados pela Justiça Militar nos finais daquele ano. Em seguida foram demitidos sem justa causa da Volkswagen.

No ano seguinte foram perdoados em primeira instância, mas o Ministério Público apelou e em segunda instância foram condenados a dois anos de prisão. De volta à prisão vieram a reconquistar a liberdade através da condicional depois de aproximadamente um ano.

O interesse no caso não se interrompeu a época, ao menos para a Volkswagen. O DOPS registra (pastas 50-Z-341-1135 com referência da 52-Z-O-34817 - Anexo 35) que está arquivada ali uma comunicação Interna da VW, datada de 9/9/74 informando que ex-funcionários haviam sido condenados por subversão. O que indica que a empresa acompanhou com interesse os acontecimentos ao longo dos anos.

#### **4.b- O Inquérito**

Amauri Danhone era encarregado do controle de qualidade da estamperia (setor 1.442) e delegado sindical dentro da VW em 1972. Era funcionário da Volkswagen há relativamente pouco tempo; havia ficado antes quase uma década na Metal Leve. Já era fichado no DOPS desde

1967 quando participou de chapa vencedora em sindicato e a partir de então obteve o cargo de diretor sindical.

Preso dentro das dependências da fábrica, foi ouvido no DOPS pelo delegado Affonso Acra e tendo como testemunhas Alberto Gomes da Costa e Deusdet Neves Brasil.

Em seguida à prisão de Amauri Danhone temos um ofício do diretor do DOPS (Anexo 17), Delegado Lucio Vieira, narrando o feito ao "Sr. Secretário":

“Este departamento vem há muito procedendo a investigações tendo em vista a ação do PCB nas grandes empresas, o que, aliás, obedece a planos já elaborados. Tínhamos conhecimento que indústrias automobilísticas seriam visadas, entre elas a Volkswagen, o que inclusive **motivou um entrosamento entre esta direção e elementos de segurança da citada empresa.**<sup>16</sup>

A prisão de Amauri Danhone confirma o exposto e, embora ele seja candidato a vereador...” (ofício de 7 de agosto de 1972)

De fato, Danhone sairia como candidato a vereador caso a prisão não tivesse alterado os seus planos. O que aparentemente levou o diretor do DOPS a ser procurado pelo presidente do MDB de Diadema para explicações sobre a prisão de Danhone, bem como ocorreu um discurso (aparentemente bastante cáustico) na Câmara de SP por parte do vereador Horácio Ortiz (Anexo 17).

---

<sup>16</sup> Grifo nosso.

Foi colega de chapa em 1972 no sindicato de Antônio Torini, outro indiciado no mesmo feito. Segundo consta do procedimento deste da Comissão de Anistia, a chapa era orientada pelo PCB.

Lucio Bellentani cita que um Dagnone (sic) seria "dedo-duro" do DOPS dentro da VW, inclusive passeando pela empresa com o pessoal da repressão para apontar os que deveriam ser investigados. Ao que nos parece Bellentani está se referindo a Danhone - o nome, foneticamente, é muito parecido, e se refere ao "seu delator" como sendo inspetor de qualidade (fls 34 da representação).

Danhone foi preso na VW em 1972 e não mais retornou para a empresa. Os acontecimentos que se seguiram à sua prisão em nada indicam que tenha sido realmente um delator (a viúva de Danhone afirma, em seu depoimento à Comissão da Verdade, que seu finado marido foi torturado pelo DOPS para fornecer as informações).

Em seu depoimento policial o Sr. Danhone narra como acabou entrando para o partido, ao ser convidado pelo Sr. Luis Esteves, este atraído pelo seu cargo de diretor sindical. E como, conforme o comitê foi crescendo, teve contato e relações com os demais indiciados. Narra um grande número de detalhes, os quais são repetidos pelos depoimentos policiais dos demais. Consideramos desnecessário aqui transcrever o que é investigado no inquérito em maiores detalhes, já que nosso foco não é instalação de célula comunista na Volkswagen, mas sim a atuação de órgãos repressivos e as consequências para todos depois disso.

O depoimento do Sr. Plagge também é de interesse para nós, ainda mais que veio a confirmar muitos detalhes quando de sua oitiva perante o Ministério Público Federal. Entrou na VW em 1960 (número VW 6009) como ajudante de inspeção. Demitido em 18/dez/72 sem justa causa. Narra que em 8/Ago/72, por volta das 14h, foi chamado à gerência. Lá estavam

dois desconhecidos e o gerente, Sr. Ruy Luiz Giometti. Os dois desconhecidos lhe deram voz de prisão por atividades subversivas. Foi levado para o DOPS (onde foi submetido a torturas). Naquele mesmo dia o gerente da Volks foi até sua casa para avisar seus familiares que estava em viagem por conta da firma. Os familiares só descobriram realmente o que aconteceu quando Flagge foi colocado em liberdade, em dezembro de 1972. Tão logo isso aconteceu foi demitido. Em outras palavras a empresa participou ativamente da farsa montada pelo DOPS ao mentir para a família.

O próprio Sr. Danhone narra de maneira parecida (Anexo 21).

No mesmo sentido o depoimento da Sra. Annelise Buschel. Tal como os demais, tanto em depoimento da atualidade como na fase judicial negou as informações colocadas no inquérito do DOPS. Quanto à sua prisão afirma que estava na empresa quando policiais vieram buscá-la e a levaram para o DOPS para prestar depoimento, sendo que simplesmente acabou assinando o que lhe colocaram na frente.

De interesse frisar o depoimento judicial de Geraldo Castro del Pozzo (pág. 471 do vol. 2 do processo da época - Anexo 18). Afirma que estava trabalhando na VW quando foi levado "com a roupa do corpo" por elementos da polícia que pediam que fosse depor sobre um roubo que teria ocorrido na empresa. Aceceu e, chegando ao DOPS, lhe perguntaram sobre o partido comunista.

No mesmo sentido o depoimento judicial do Sr. Amauri (Anexo 19) e o do policial que realizou sua prisão, Sr. Francisco Rosa (que inclusive informa da ausência de mandado de prisão), conforme vemos no Anexo 20.

Note-se marginalmente a oitiva da testemunha Sr Lamartine Caetano Batista (fls 547 do 2o volume do procedimento militar - Anexo

21), funcionário da Volkswagen. Afirma que depois de prestar esclarecimentos na delegacia ainda foi feito um termo de declarações perante a Volkswagen.

Só temos esses depoimentos, mas ao que tudo indica todos os funcionários presos foram detidos pela polícia na empresa, por certo ciente e, se considerarmos ausência de ordem judicial, também foi conivente com a prisão ilegal.

#### **4.c-O processo e a lista negra**

Todos os funcionários da Volkswagen ficaram presos por algum tempo, mas acabaram por responder ao processo em liberdade. Negaram em juízo as acusações, afirmando que teriam sido torturados e obrigados a assinar. Que apenas reconheciam em parte o que estava ali constando - essencialmente confirmavam que conheciam os outros funcionários da Volkswagen.

Foram perdoados pelo delito em primeira instância. Porém o Ministério Público apelou e foram condenados em segunda instância a dois anos de prisão, isso em 1974. Voltaram a ficar recolhidos para sair aproximadamente um ano mais tarde, por condicional.

Exceto pela Sra. Annemarie (logo depois que saiu da prisão acabou engravidando e deixando de trabalhar) todos narram as dificuldades para conseguir emprego. Plagge, por exemplo, em seu procedimento perante a Comissão de Anistia conta que das empresas em que tentou foi a Voith (hoje Voith Siemens). Depois amigos com relações dentro desta empresa lhe explicaram que não conseguiu a vaga porque seu nome estaria em uma lista emitida por órgãos militares, lista esta que empresas de médio e

grande porte tinham que consultar antes de empregar pessoas em postos de confiança ou chefia.

#### **4.d- Conclusão**

Desnecessário aqui fazer uma análise criminal a respeito dos autos em si, apesar das contradições que existem entre o que é afirmado no inquérito, nos depoimentos judiciais e nas narrativas atuais dos envolvidos. Não há sentido em verificar se realmente estavam ou não querendo montar uma célula do PCB dentro da fábrica.

O interesse aqui é unicamente quanto à postura da Volkswagen quanto às atividades repressivas estatais na época.

Dos entrevistados por nós da segurança o único que já estava na ativa era o Sr. Sérgio Guidotti, o qual não se recorda dessas prisões. Embora pela época (meados de 1972) estivesse ainda havia pouco tempo na empresa, portanto sem contato com um evento desse naipe.

É improvável que a Volkswagen não tenha participado ativamente das investigações - talvez seja este o "entrosamento" referido em 1972 pelo Diretor do DOPS.

De outra maneira não é possível considerar a comunicação Interna da VW datada de 9/9/74 (Anexos 34 e 35) informando que ex-funcionários haviam sido condenados por subversão. Demonstrando que a empresa acompanhou o desenrolar do inquérito ao longo dos anos.

De qualquer maneira esse procedimento do DOPS, para os fins do presente relatório, demonstra: a) Auxílio aos órgãos repressivos; b) Interesse da empresa na repressão ideológica; c) Existência de lista negra.

## **5- Colaboração**

### **5.a- Introdução**

Sob a rubrica de "colaboração" colocamos essencialmente o fornecimento de dados sobre funcionários (e eventualmente terceiros) para os órgãos repressivos do Estado. Mais do que obrigação legal, mas essencialmente enquanto uma postura empresarial (dependendo da época também possivelmente ideológica) de colaborar com a repressão estatal.

De fato, no documento Informação 98/75/SI/DSI/MJb (Anexo 5) o agente afirma:

"Uma interpretação do "acidente informativo" ocorrido, deu lugar as seguintes conclusões: a) a cadeia de informes esta fluida; b) o cuidado meticuloso do Diretor Presidente da VW em assessorar-se, sob o aspecto jurídico da questão e tê-lo feito, tão objetivamente, que deixou na mente do advogado impressão muito forte que este, tendo encontrado a pessoa a qual interessava o conhecimento daqueles fatos e anteriormente havia sido o "escoadouro" de notícias não demorou em dar-lhe o destino conveniente; c) todas as pessoas que tiveram ação neste caso são da inteira e excelente reputação e confiança, fieis ao sistema político brasileiro da atualidade."

Diversos pontos corroboram essa colaboração direta com os órgãos repressivos:

- a) No DOPS há listagens de funcionários da empresa envolvidos nas greves com informações que só poderiam ser obtidas da própria Volkswagen relatórios sobre sindicalistas da Volkswagen (com chancela da empresa e informações que só poderiam ser obtidas dela) nos arquivos do DOPS. (anexo IV da representação, ref. ao arquivo DOPS 502/34/488 a 502/34/504)
- b) Declaração do Diretor de Segurança, coronel Adhemar Rudge, de que trabalharam com esse órgão para evitar os terroristas, bem como dos relatórios elaborados por ele dando informações sobre inúmeros indivíduos.<sup>17</sup>
- c) O delegado Bonchristiano, do DOPS, narra em entrevista para reportagem alemã que sempre teve colaboração da empresa, que fornecia os dados que eram necessários, com "proximidade". Trecho no minuto 35 do vídeo:  
[http://www.ardmediathek.de/tv/Reportage-Dokumentation/  
Komplizen-VW-und-die-brasilianische-M/Das-Erste/  
Video?bcastId=799280&documentId=44669766](http://www.ardmediathek.de/tv/Reportage-Dokumentation/Komplizen-VW-und-die-brasilianische-M/Das-Erste/Video?bcastId=799280&documentId=44669766)

Por certo aqui é de interesse nos referir ao que denominamos de "estratégia Wenk" - uma referência ao primeiro diretor da empresa e principal responsável pela sua organização e estabelecimento em território nacional. Estratégia esta que em boa parte explica a atuação da Volkswagen ao longo dos anos, e especialmente quanto sua proximidade com os governos militares e com os órgãos repressivos destes.

Reportagem alemã a respeito de Wenk (revista Stern, 16 de outubro de 1966, reportagem por Jörg Andrees Elten, tradução disponível em

---

<sup>17</sup>Entrevista com o jornalista José Casado de O Globo em 15/05/2005

<http://www.autoentusiastasclassic.com.br/2011/09/hallo-senhor-volkswagen.html>

- Anexo 22) o descreve em detalhes. Seu mote aqui no Brasil era, literalmente, "fazer amigos". Na reportagem Wenk repete: "no Brasil a VW tem muitos amigos em todos os lugares". E essa era a estratégia Wenk, levada a sério pelo próprio e pelos seus sucessores (faleceu nos finais dos anos 60): é preciso sempre ter "amigos" dentro de qualquer governo brasileiro para não atrapalhar os negócios.

Ou ainda: "Sem amigos nos lugares certos nada funciona no Brasil".

Claro que essa estratégia era para favorecer a empresa. Quanto a opções políticas encontramos referências mais claras já na época do seu sucessor, favorável ao endurecimento com os sindicatos.

Já quanto ao sucessor de Wenk localizamos no Arquivo Nacional (AC\_ACE\_4412\_79 - Anexo 37) menciona uma demanda dele ao embaixador alemão. Textualmente diz:

*“O Presidente da Volkswagen do Brasil, WOLFANG SAUER, procurou o Embaixador da ALEMANHA, HANSJOERG KASTL, concitando a que a Embaixada tomasse posição quanto a influência, no BRASIL, dos sindicatos alemães,"caso não se quisesse que a ALEMANHA visse, em curto prazo, acontecer o que aconteceu no CHILE e na ARGENTINA”. A Volkswagen seria das primeiras a serem atingidas, segundo afirmou ao embaixador. Exigia, pois, atitudes firmes, por parte deste. ”*

Essa colocação do Presidente deixa claro que apesar de alardear a política do “fazer amigos”, o interesse predominante da direção da empresa, como ficou demonstrado pela documentação analisada, era a repressão ao movimento grevista, que podia diminuir o lucro da Volkswagen. Outros casos específicos são de interesse para demonstrar a colaboração da empresa com os órgãos repressivos.

### **5.b- Dr. Davi Rumel**

Na pasta DOPS 50-Z-341-3557 (Anexo 23) encontramos um relatório de poucas linhas informando que em anexo encaminha a ficha do médico do sindicato dos Metalúrgicos de Sto. André, Dr. David Rumel - acrescentando que os dados foram colhidos "pelo serviço de segurança da Volkswagen". O relatório policial é datado de 9 de março de 1981, com carimbo de arquivamento em 06 de abril do mesmo ano.

A ficha, sem timbre da Volkswagen, indica que Dr. Rumel na época era médico do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. Apresenta todos os dados a respeito do indivíduo, como filiação, data de nascimento, endereço residencial e os seguintes registros:

-1971: ingressou no PCB, base secundarista, contribuiu com dinheiro

-1973: primeiro ano na USP, aliciou vários colegas;

-1974: eleito suplente do conselho universitário do PCB

-1975: aliciou Maria Helena Santana e eleito secretário político e de educação no PCB da base de educação da USP.

Preso de outubro de 1975 até março de 1976.

Em 5 de Agosto de 2014 o jornal O Estado de S. Paulo publicou matéria da Reuters citando o caso de Rumel (anexo 24). Na matéria afirma-se que não se conseguiu até o momento localizar o médico.

Localizamos o dr. Rumel, que atualmente é membro do setor de pesquisas do Hospital Sírio-Libanês, e com diversos livros publicados. Narrou-nos por telefone em 02 de agosto de 2017 a respeito dos acontecimentos.

Lembra-se que na época estava distribuindo defronte à portaria da VW panfletos sobre medicina do trabalho; tem impressão que o acompanhava a Dra. Lys Esther Rocha, já falecida. Foram abordados por um segurança da empresa, que pediu para anotar os dados de ambos. Copiou os dados do RG de Rumel (este não se recorda se fez o mesmo com os dados da médica) e pediu para não panfletarem na porta da fábrica.

Naturalmente o caso de Rumel não tem interesse per si, não teve maiores consequências ou correlações. O interesse corresponde à entrega de informações, mesmo quanto a caso tão ínfimo, para o DOPS.

E mais ainda a obtenção, pela Segurança da Volkswagen, de dados que teoricamente seriam sigilosos e fora do alcance do órgão. O que teria demandado diligências externas, já que as informações sobre o PCB, atividades na USP, prisão e aliciamentos não poderiam vir dos arquivos da Volkswagen. O que demonstra a colaboração da empresa com os órgãos repressivos.

### **5.c- comunidade de informações**

O SNI assim descrevia a chamada "Comunidade Complementar de informações" no ofício de 16 de junho de 1978 (Of 044/52/AC/78 - Anexo 25):

"Durante a permanência do General Eduardo D'Avila Mello no IIº Exército faziam-se reuniões de uma comunidade complementar de informações. Congregando representantes de órgãos de informações, de autarquias, empresas públicas, etc., e representantes de órgãos de segurança física de empresas privadas como bancos, jornais e indústrias, abrangendo quase uma centena de participantes.

Devido a complexidade dessas reuniões (pela quantidade de participantes) começaram a surgir reuniões paralelas, à revelia dos órgãos aos quais cabia a direção e, algumas, até com a aquiescência do IIº Exército.

O General Dilermando Monteiro considerou inoportunas essas reuniões e assumiu o encargo de coordenar esses encontros, com a aquiescência do chefe da AC/SNI. Essa agencia regional passou a realizar reuniões setoriais. Porém elementos dessa comunidade complementar continuavam a promover reuniões paralelas, autoconvocadas, autodeterminadas e

periódicas (uma vez por mês) na sede de cada uma das entidades representadas."

Aparentemente a razão do informe seria um vazamento de informações sigilosas referentes ao programa nuclear brasileiro. Com o informe constam os participantes dos encontros dessa comunidade complementar; entre os quais predominavam os oficiais de carreira, normalmente militares na reserva, como responsáveis pelos setores de segurança das empresas - entre eles, naturalmente, o coronel Rudge, representando a Volkswagen.

Também relacionando os participantes dessa Comunidade de Informações temos o encaminhamento 1443/10/78/ASP/SNI (Anexo 7), com fichas individuais dos participantes:

"A INFAO 950/10/78\_ASP/SNI, de 3 de março de 1978, enfoca o assunto em epígrafe [reunião da comunidade de informações] e apresenta em anexo uma relação de pessoas que participaram da reunião da comunidade complementar de informações em 27 de novembro de 1977."

Sobre as reais atividades da chamada "Comunidade Complementar de Informações" um de seus criadores, o Cel. José Paes de Barros, que durante o período mais duro da repressão era chefe da 2ª Seção do Segundo Exército, disse numa entrevista a Marcelo Godoy:

*"Você reúne todo o pessoal de informações de todas as empresas ... Tinha 50 participantes para troca de informações... eu dava*

*as informações que eu tinha e cada um dava a parte deles.  
Informava o que tinha. ”*

Sobre a movimentação sindical diz que:

*“...isso ai a gente acompanhava dia a dia.” 18*

É importante ressaltar que para o Cel. Barros os participantes estavam lá na qualidade de pessoas ligadas a área de informações, não como chefes de segurança industrial.

É nesse sentido que entendemos um relatório da delegacia seccional de Polícia do ABCD encontrado nos arquivos DOPS, pasta 20-C-44-9072. O relatório comunica a reunião no dia 27 de outubro de 1980 na VW de ABC (Anexo 26). Compareceram ali cerca de cinquenta encarregados de segurança industrial de empresas como Mercedes, Scania, Ford e outras. A mesa foi presidida por Rudge que, segundo o relatório, "em poucas palavras informou aos presentes sobre o andamento do movimento sindicalista no ABC."

Bastante óbvio o apoio estatal, em especial um trecho desse relatório (Anexo 26) que afirma "O CPAM-6<sup>19</sup> enviou um representante e este informou que a PM na área está em condições de prestar seus serviços caso se necessite deles".

Esse detalhe é corroborado pelo depoimento por telefone feito pelo Sr. Francisco Pereira, segurança da empresa na época (entrou em 1978). Narra que a instrução que tinham é que não era para entrar em confronto, mas unicamente chamar a polícia.

---

<sup>18</sup> Trechos importantes das entrevistas que não estão no livro A casa da Vovó, foram cedidas pelo jornalista.

<sup>19</sup> Comando de policiamento de Área Metropolitana - 6.

Aparentemente esta "Comunidade" foi o embrião de um contato direto entre determinadas indústrias de grande porte para a produção de "listas negras" - o chamado CECOSE (Conselho Comunitário de Segurança) do vale do Paraíba, geralmente acompanhados pelo pessoal da Aeronáutica; este inclusive produziu quantidade considerável de relatórios a respeito dos assuntos tratados pelo seu setor de Inteligência.

Um desses informes vai direto ao ponto:

**(Informe 114/85-AI/CTA de 27/setembro/1985, Anexo 27)**

Assunto: CECOSE-VP atua para evitar contratação de ativistas do meio sindical.

“Após a realização de greves em diferentes indústrias são relacionados pelas firmas os ativistas que se destacaram durante a greve.

As relações são passadas de uma para outra indústria e cabe a decisão à empresa que recebeu admitir ou não o grevista relacionado.

A prática descrita acaba deixando desempregados os ativistas e militantes.

[o CECOSE-VP] congrega indústrias da região do vale, algumas de São Paulo e de outras regiões. Frequentam como convidados integrantes de diversos órgãos de informações - Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal e Estadual.”

Outros informes vão no mesmo sentido, embora não em termos tão diretos.

Por exemplo no informe 40/85-EEAER, 17 de junho de 1985 (Anexo 28), referente ao encontro de 12/Jun, realizado na Ford de Taubaté, a VW refere-se aos problemas com as greves e dos muitos funcionários indicados como sendo líderes dos movimentos sendo demitidos; da mesma maneira a GM narra os seus percalços com a greve - acrescentando que tiveram bastante apoio do SNI. Polícia Federal e Polícia Estadual durante todo o tempo da paralisação.

Já o informe 46/85-EEAER (Anexo 29) trata do encontro de 19 de agosto de 1985, realizado na Villares de Pindamonhangaba. Petrobrás cita a readmissão e remanejamento de funcionários grevistas de 1983. E passa os dados de três funcionários que foram demitidos por alegadamente estarem furtando tambores de gasolina (o que também não deixa de ser "lista negra", embora não por motivos ideológicos/políticos). A Volkswagen narra intenso movimento sindical com pichação de muros, panfletagem e busca de partidários para filiação no PCdoB.

Um exemplo de relatório bastante minucioso de uma dessas reuniões está no anexo II, pag. 205 e seguintes destes autos, tendo ainda como anexo diversos jornais e panfletos do movimento grevista de 1985.

A VW era tremendamente ativa nesses encontros - geralmente respondendo pela maior parte do material registrado. Às atas das reuniões geralmente há anexada uma lista de denúncias e comentários da empresa, que a chamava de "lembretes", muitas vezes trazendo informações sobre atividades que eram consideradas como subversivas pela montadora.

Exemplos juntados em autos estão nos arquivos BR\_AN\_BSB\_VAZ O24\_0216, 26\_0087 e seguintes.

Posteriormente haverá "lembretes" se referindo não apenas a atividades "subversivas", mas até mesmo a furtos simples de peças por

funcionários (049A\_0039), o que eventualmente é possível atribuir caráter de "lista negra".

Aparentemente as reuniões do CECOSE criaram o hábito das empresas realizarem *meetings* a respeito de problemas de segurança e compartilhar informações sobre funcionários considerados problemáticos - inclusive quando entidades do governo deixam de as acompanhar como participantes.

Essas reuniões, entretanto, ao se transformarem em atas formais forneciam dados para a inteligência da repressão (especialmente da Aeronáutica) elementos para produzir relatórios sobre o movimento sindical e os indivíduos que estavam em destaque no mesmo.

A documentação dessa comunidade complementar de informações traz alguns documentos demonstrando a deferência dos órgãos da Polícia Política para com a VW e o Cel. Rudge. É dessa época, por exemplo, o documento encontrado nos arquivos do DOPS na pasta 40-Z-11-741, um relatório da Delegacia de Sindicatos e Associações de Classes. No relatório 55/80 de 20/Março/80 (elaborado pela equipe Fox 9) há uma pequena mostra da deferência com Rudge, pois foram conversar com ele a respeito da movimentação grevista (Anexo 11).

#### **5.d- fornecimento de dados**

As atitudes da VW se encaixam em diversas categorias, mas a grosso modo:

- a) Fornecimento de grandes massas de informações para os órgãos de repressão estatal;
- b) Relacionamento mais próximo com a repressão;

- c) Atividades policiais e de segurança interna da empresa;
- d) Elaboração de "listas negras" de funcionários.

A documentação existente deixa claro -mesmo inexistindo qualquer "termo de colaboração" explícito ou documento equivalente - que efetivamente existia colaboração entre a montadora com órgãos de repressão, e esta era às escâncaras no período 79/81 pelo menos.

Essa colaboração seria mais comercial do que ideológica (voltada ao controle do movimento sindical atuante no ABC na época) ao contrário do que seria de se supor dos anos 60 ou mesmo no começo dos anos 1970.

Em períodos anteriores há, entretanto, grande quantidade de informação fornecida pela montadora.

Dos finais dos anos 60 em diante há uma paulatina alteração nos fins do setor de segurança industrial da Volkswagen. O que originalmente havia sido criado como um setor destinado a cuidar do patrimônio da empresa acaba se encaminhando para práticas bastante diversas e voltadas para, em boa medida, controle ideológico dos funcionários.

Há possibilidade disso ter começado a partir da entrada do cel. Adhemar Rudge, oriundo de quadros militares dedicados ao sistema repressivo, conforme descreveremos em outra parte do presente relatório.

De qualquer maneira resta claro que seria algo feito pelos escalões superiores da empresa. Quando entrevistado, Paulo Carvalho, conhecido na Volks como tenente Carvalho, afirmou que mesmo sendo supervisor ele não teria liberdade para repassar informações ao DOPS. Disse que quem quer que tenha feito isso, ainda mais por um tempo tão longo, teria de ter autorização dos escalões superiores, ou seja, no mínimo da

diretoria. Segundo ele ninguém iria arriscar o emprego tomando uma iniciativa dessas, e que essas informações só circulavam "lá em cima".

Porém também digno de nota é que, quando o DOPS investiga a implantação de células comunistas dentro da fábrica (no inquérito 784/72), o delegado diretor daquela especializada escreve que " esta direção e elementos de segurança da citada empresa." (Anexo 17)

De fato, a documentação envolvendo o DOPS e a Volkswagen antes de 1972 é bastante escassa. Porém logo a quantidade de documentação produzida seria notável.

E certamente ocorreria um diálogo considerável entre a indústria e a delegacia nos finais dos anos 70, começo dos anos 80. Neste período, entretanto, o ponto essencial para a VW não é mais ideológico/doutrinário, como o que encontramos no processo de 1972. Trata-se simplesmente de uma maneira de se utilizar da máquina repressiva estatal para contornar os efeitos das diversas greves e movimentos sindicais que estavam atrapalhando a produção naquele período.

Há igualmente a aproximação com outros órgãos governamentais ligados a repressão (conforme igualmente trataremos neste relatório) através da chamada "Comunidade Complementar de Informações", diretamente responsável pela elaboração das chamadas listas negras.

Já constante de autos uma listagem encontrada no DOPS de funcionários de diversas montadoras, sendo que chama a atenção que os da Volkswagen possuem até mesmo os dados do setor em que eram lotados.

O informe 181/CISA-RJ (Aeronáutica - Anexo 30) de 23/julho/79 trata das demissões na Volkswagen que se seguiram às greves - cerca de 320 operários - em razão de piquetes e distribuição de panfletos. O

informe relata os nomes daqueles que já registram "antecedentes por subversão". Embora aparentemente dentro do ambiente do Conselho Comunitário de Segurança (devido ao documento sair da Aeronáutica) está claro aqui o fornecimento dos nomes e outros dados daqueles demitidos pela empresa devido às greves.

Da época das greves encontramos os documentos 50-Z-341-2732 e 20-c-44-12599 (Anexo 31), ambos a respeito de lideranças ("no mau sentido", conforme o agente DOPS frisa no seu título) e encontros sindicais. Ambos possuem, manuscrita, a rubrica "fonte Volks". Esses dois documentos demonstram que a Volks fornecia dados para a repressão, além de, na prática realizar uma atividade investigativa.

Também encontramos a rubrica "Fonte Volks" na ficha DOPS de Mario Hansini (anexo 11, pág. 127 dos autos) - também constando como detalhe "fonte VW".

Em 1979/80 o setor de segurança tem atividade febril durante as greves, tomando cuidado para elaborar boletins de ocorrência os mais diversos quanto as greves. A maior parte trata de funcionários que não conseguiram chegar ao trabalho devido a piquetes e atividades semelhantes dos grevistas. Localizamos dezenas desses BOs nos arquivos do DOPS.

Em Anexo 38 apresentamos relatórios do Departamento de Segurança Industrial da VW referente às greves de março de 1979. Esses relatórios estão nos arquivos do DOPS.

#### *5.d.a- O caso Mulinari*

Todo o material coletado quanto a este caso está em Anexo 32.

Claudecir Antônio Mulinari, em 22 de outubro de 1980, era funcionário da Volkswagen. Havia feito uma lista de subscrição para a elaboração de faixas com slogans para manifestação que ocorreria no dia 26 de outubro daquele ano. A estava passando entre os outros funcionários do setor quando foi flagrado e levado para o setor de segurança.

Mulinari foi levado para o setor de Segurança Industrial, aonde foi interrogado a respeito. Veio a contar vários detalhes a respeito de suas atividades, como que era assinante do jornal "Tribuna da Luta Operária" (orientado pelo PCdoB), que era simpatizante da "ciência e filosofia do comunismo". Deu detalhes também de contatos.

Foi encontrado com Mulinari material então considerado subversivo: exemplar do estatuto do PCdoB; manifesto programa do PCdoB; vários exemplares dos jornais "Tribuna da Luta Operária" e "Tribuna Metalúrgica"; Manifesto Comunista.

Todo esse material, bem como a ficha de Mulinari da Volkswagen, o boletim de Ocorrência da VW e o termo de interrogatório realizado no setor de segurança, foram parar no SNI, conforme se verifica no arquivo ASP ACE 481880.

O procedimento da VW nesse caso levou primeiro a elaboração do informe 2892/116/ASP/1980, contendo o material acima citado. Bem como, no mesmo dia de elaboração desse informe (29/out de 1980 - somente uma semana depois do ocorrido na empresa, note-se), a emissão de ordem de busca para verificar as informações passadas por Claudecir sobre uma certa 'Casa Fundo de Greve'. (Ao que nos consta as informações passadas por Claudecir acabaram não se confirmando conforme verificamos pelos relatórios dos investigadores do SNI).

O que mais interessa aqui é a rapidez e o contato entre empresa e o órgão da repressão SNI. Como mostramos acima, poucos dias após o acontecimento na empresa o material confidencial e pessoal do funcionário já está nas mãos do SNI para averiguações. E, naturalmente, também a elaboração de material de registro tipicamente policial, como o Boletim de Ocorrência VW 4759 e o terno de depoimento.

O registro da ordem de investigação é 02867/116/ASP/1980 (SS 116/161), e as investigações estão no arquivo ASP\_ACE\_5554-80.

#### 5.d.b-bombas caseiras

Nas greves de 1980 o sindicato aparentemente teve bastante cuidado em garantir que todos os funcionários participassem do movimento, quisessem ou não. A estratégia incluiu a realização de piquetes, ataques a ônibus, pichações a casas de funcionários que não haviam aderido à greve.

Como pontuamos anteriormente, há várias dezenas de boletins de ocorrência elaborados pelo setor de segurança da empresa que narram esses fatos.

Um dos procedimentos policiais a respeito é o inquérito complementar ao IP 15/80, sobre incitação a greve ilegal. Esse inquérito complementar foi autuado em 9/maio/1980 (Anexo 33).

A partir da página 60 há descrição dos acontecimentos envolvendo o sr. Alfredo da Silva Morgado e o seu vizinho, também empregado da Volkswagen. Ambos não estavam participando da greve e, provavelmente por conta disso, encontraram embaixo dos automóveis bombas tipo "molotov", com pavios queimados, mas que acabaram não incendiando.

O ponto realmente digno de nota é que, ao descobrirem as bombas, primeiro chamaram o setor de segurança da VW, e só depois a polícia.

No citado inquérito há toda a documentação Volkswagen e, só depois, a documentação elaborada pela polícia (o depoimento na polícia de Alfredo só é juntado na pág. 89).

Esse detalhe corrobora o que já havíamos delineado no relatório anterior, do setor de segurança ultrapassando os muros da empresa e realizando investigações e coleta de dados fora dos muros da mesma.

### **5.e- Financiamento**

Uma das acusações constantes na representação inicial é que a Volkswagen teria fornecido apoio para o movimento que conspirou e derrubou João Goulart. E que posteriormente teria fornecido automóveis para a repressão.

Quanto ao auxílio à conspiração contra Goulart localizamos um documento informando que a VW havia realizado doação para a movimentação de 1964. Esse documento é o anexo 14 da dissertação de mestrado de Jean-Claude Silberfeld na PUC SP em 1984. Ele localizou o documento nos arquivos da FIESP, e se trata de uma ata da 26ª reunião extraordinária do GPMI (Grupo Permanente de Mobilização Industrial). O título do documento é “Relação das firmas que colaboraram com a mobilização de Material empreendida em decorrência dos eventos de 31 de março de 1964”.<sup>20</sup> - Anexo 38.

Nessa lista estão relacionados quatro tipos de empresas:

1. Firms que forneceram a doação por escrito;

---

<sup>20</sup> Monteleone et al, pp 148-149.

2. Firmas que ainda não forneceram a doação por escrito;
3. Firmas que doaram verbalmente;
4. Firmas pendentes.

A Volkswagen se encontra no terceiro tipo, aparentemente doou verbalmente. Ou seja, sem qualquer documento. O que levanta suspeitas sobre quais outras doações secretas poderia ter feito.

Quanto às doações diretas aos órgãos de repressão, essa ação será discutida na próxima seção.

## **6- Repressão**

### **6.a- O auxílio à repressão segundo a bibliografia**

É possível encontrar nos textos especializados inúmeras menções ao auxílio prestado pela Volkswagen à Polícia Política. E boa parte dela se refere ao início da repressão mais dura em 1969, quando a empresa teria financiado a Oban. Segundo o CPDOC, num texto que sintetiza vários autores, o trabalho repressivo da Oban foi facilitado por algumas grandes empresas:

“Embora não tenha sido legalmente oficializada, sua fundação foi celebrada em ato solene, em julho de 1969, prestigiado por diversas autoridades civis e militares do estado de São Paulo, assim como personalidades do mundo dos negócios.

Por não ter verbas consignadas em orçamento oficial, a Oban contou com auxílios de diversas ordens. O prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, contribuiu com o asfaltamento e com a renovação da rede elétrica da área do quartel. O governador Roberto de Abreu Sodré cedeu parte das dependências da 36ª Delegacia de Polícia, para onde foi transferida sua sede em setembro de 1969. ... Luiz Macedo Quentel, membro da elite paulista, ajudou a coordenar os esforços para viabilizar o novo órgão repressivo. Coube a Delfim Neto e a Gastão Vidigal – dono do Banco Mercantil de São Paulo – reunir os representantes de grandes bancos brasileiros para pedir fundos, procedimento repetido na Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP). Os empresários Paulo

Sawaya e Henning Albert Boilesen – presidente da Ultragás – fizeram a ponte entre empresários e industriais e o órgão. Houve ainda outras modalidades de apoio: fornecimento de carros pelas empresas Ford e Volkswagen, empréstimo de caminhões pela Ultragás e de peruas pela *Folha da Manhã*, cessão de refeições congeladas pela Supergel. ” (CPDOC, DOI-CODI)

O texto do órgão de pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, que certamente não pode ser considerada uma instituição de esquerda, é secundado por vários outros, dos quais escolhemos apenas dois para reforçar o argumento:

“Não há dados precisos, mas sabe-se que foi expressivo o fluxo de dinheiro para a repressão, a partir de coletas na Fiesp e em reuniões promovidas por Gastão de Bueno Vidigal (Banco Mercantil de São Paulo), João Batista Leopoldo Figueiredo (Itaú e Scania), Paulo Ayres Filho (Pinheiros Produtos Farmacêuticos), e o advogado Paulo Sawaia, entre outros. Empresas como Ultragaz, Ford, Volkswagen, Chrysler e Supergel auxiliaram também na infraestrutura, fornecendo carros blindados, caminhões e até refeições pré-cozidas.” (CASADO & OTAVIO)

O próximo texto foi mencionado no relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), é de um autor que trabalhou com documentos fornecidos por militares de alto escalão, como o ex-presidente Geisel e o General Golbery do Couto e Silva:

“Na Federação das Indústrias de São Paulo, convidavam-se empresários para reuniões em cujo término se passava o quepe. A Ford e a Volkswagen forneciam carros, a Ultragás emprestava caminhões e a Supergel abastecia a carceragem da rua Tutoia com refeições congeladas. Segundo Paulo Egydio Martins, que em 1974 assumiria o governo de São Paulo, “àquela época, levando-se em conta o clima, pode-se afirmar que todos os grandes grupos comerciais e industriais do estado contribuíram para o início da Oban”. (GASPARI, 2002 a)

Em outro trecho do mesmo livro Gaspari utiliza de uma fonte que participou dos eventos. Trata-se de entrevista concedida por Gastão Vidigal (Banco Mercantil). O teor dessa entrevista, apesar de não mencionar diretamente as montadoras, é revelador do estado de espírito do empresariado paulista à época:

“A reestruturação da PE paulista e a Operação Bandeirante foram socorridas por uma “caixinha” a que compareceu o empresariado paulista. A banca chegou-se no segundo semestre de 1969, reunida com Delfim num almoço no palacete do clube São Paulo, velha casa de dona Veridiana Prado. O encontro foi organizado por Gastão Vidigal, dono do Mercantil de São Paulo e uma espécie de paradigma do gênero. Sentaram-se à mesa cerca de quinze pessoas. Representavam os grandes bancos brasileiros. Delfim explicou que as Forças Armadas não tinham equipamento nem verbas para enfrentar a subversão.

Precisava de bastante dinheiro. Vidigal fixou a contribuição em algo como 500 mil cruzeiros da época, equivalentes a 110 mil dólares. Para evitar pechinchas, passou a palavra aos colegas lembrando que cobriria qualquer diferença. Não foi necessário. Sacou parte semelhante à dos demais”

Um livro mais recente, que utilizou fontes muito diferentes, também bate na mesma tecla. Em sua obra *A Casa da Vovó*, o jornalista Marcelo Godoi entrevistou vários policiais militares que serviram a repressão política no DOI-CODE e anteriormente na OBAN.

“Montadoras de veículos como a Volkswagen, a GM e a Ford, enviaram carros à Oban. A Supergel mandava comida congelada, que se transformava nas quentinhas do DOI. E a Ultragaz emprestava-lhe caminhões. Tudo isso era do conhecimento dos agentes”<sup>21</sup>

O antigo suboficial do exército Marival Dias do Canto, que desde os anos noventa já revelou muitos detalhes de seu trabalho no DOI-CODI, também confirma as doações. Num dos depoimentos à CNV ele afirmou que recebiam, ou tinham recebido, carros da Volks e da Ford. Afirmou que embora só a cúpula da organização tivesse contato com os empresários, a doação de veículos era sabida por todos os funcionários.

---

<sup>21</sup> Existem pelo menos dois indivíduos entrevistados por Marcelo Godoi que falaram sobre os veículos: Tenente Neuza e Coronel Profício.

Segundo afirmou no depoimento, ele soube do fato através de “conversas lá dentro”.

Devemos tomar um certo cuidado com os depoimentos dos agentes porque para muitos deles aparentemente existe uma continuidade muito grande entre a Oban e o DOI- CODI. Eles atuavam da mesma forma, com o mesmo pessoal e na mesma sede, porém enquanto a Oban era extraoficial, o DOI era parte da estrutura do exército brasileiro, portanto tinha orçamento próprio. É possível que também necessitasse de doações periodicamente, mas menos do que a organização que o antecedeu. Assim sendo, talvez os agentes que trabalharam em ambos confundissem as datas em que houve doação de veículos, mas todos concordam que eles foram cedidos gratuitamente para o órgão repressor. Portanto não pairam dúvidas de que houve realmente apoio da Volkswagen à Oban e talvez mesmo ao DOI-CODI.

A bibliografia também menciona inúmeros casos em que houve prisões dentro da fábrica ou mesmo tortura. Aqui vamos mencionar apenas uns poucos casos porque esse tópico específico está sendo examinado através da documentação dos arquivos públicos e da empresa.

O caso mais conhecido é o de Lucio Bellentani, que já deu inúmeras entrevistas e descreveu com detalhes sua prisão.

Aos 28 anos, Lúcio Bellentani trabalhava na Volkswagen de São Bernardo do Campo (SP) como ferramenteiro, profissão muito requisitada na época. Entrou para o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e tentava organizar uma base do partido em grandes empresas da região. Foi preso em julho de 1972, na ala de prensas em que trabalhava, às 23h30, numa ação

acompanhada por seguranças da companhia. Outros 12 operários também foram detidos.

Bellentani primeiro foi levado a uma sala do setor de Recursos Humanos, onde conta ter levado socos, chutes e pontapés. Depois foi transferido para o Dops, e passou por frequentes sessões de tortura: palmatórias nas mãos, pés e cabeça, pau de arara, choque elétrico e chegou a ser arrastado em um veículo amarrado pelas mãos.

O Estado de São Paulo 01/11/2015

Apesar de ser o mais conhecido, Bellentani não é o único caso registrado. Em seu quarto livro sobre os militares no poder, Élio Gaspari menciona que:

“Em 1974 foram detidos cerca de 60 militantes de sua célula na fábrica da Volkswagen, em São Bernardo”.  
(Gaspari, 2003, pp 391)<sup>22</sup>

Nesse caso o autor se refere a perseguição feita pelo DOI-CODI ao Partido Comunista Brasileiro. Apesar do PCB não ter optado pela luta armada, era visto pelo aparelho repressivo como muito perigoso, devido a sua capacidade de organização e ideologia.

Outra notícia genérica, que não menciona nomes, são as entrevistas de Christian Russau – membro da diretoria da organização alemã *Dachverband der Kritischen Aktionäre* (Associação de Acionistas Críticos), que falou com vários órgãos de imprensa brasileiros em 2015,

---

<sup>22</sup>Essa informação foi dada a Gaspari por João Guilherme Vargas Neto em 1997.

quando saíram as primeiras notícias da ação contra a empresa. Segundo ele:

“Há depoimentos de trabalhadores da Volkswagen – durante os chamados "Anos de Chumbo", período em que a repressão da ditadura foi a mais brutal – que foram presos, agredidos e torturados no local de trabalho, e as ações teriam sido executadas sob a supervisão e com a participação de funcionários da segurança da Volkswagen. Das instalações da empresa, os trabalhadores teriam sido levados diretamente para o Departamento de Ordem Política e Social (Dops), onde teriam sido torturados.”<sup>23</sup>

Apesar de existirem alguns nomes de pessoas que passaram por isso nos documentos que analisamos, a bibliografia não tem ajudado a compor o quadro, pois a maioria dos livros ou artigos é vaga quanto qualificação dos envolvidos. Um dos poucos casos em que o nome de um preso do PCB na Volks é mencionado foi num artigo de José Casado Jornal O Globo 15/05/2005. Segundo ele:

Líder na produção de carros, a Volks era alvo óbvio e preferencial da esquerda. Entre 1970 e 1971, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) traçou um "Plano de Construção (de bases) nas Empresas". O jornal comunista "Voz Operária" exaltou o sucesso do

---

<sup>23</sup><http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/38816/cnv+sistema+da+volkswagen+para+vigiar+funcionarios+na+ditadura+foi+criado+por+criminoso+nazista.shtml>

plano "na maior empresa privada". Não deu o nome, mas a nota levou a uma ação combinada empresa-polícia política.

— Foi a Operação Escaninho: vigilância sobre todo metalúrgico que tivesse material suspeito nos escaninhos. Em seguida veio a grande redada de prisões — conta o historiador João Guilherme Vargas Neto.

Na época prenderam o operário Antônio Guerra com um "Jornal da Volkswagen" em que se lia: "Há elementos do Dops e do SNI em diversas seções (...). Já fizeram prisões dentro da própria empresa. Outras vezes, enrolam o trabalhador e o levam para fora da fábrica, onde o espera o Dops ou a Oban (Operação Bandeirantes)."

## **6.b-diferença entre colaborar e reprimir**

Necessário aqui fazer uma diferenciação a respeito do que é tratado do presente capítulo com o que está presente no anterior, sob a rubrica "colaboração".

Em "colaboração" estamos tratando especificamente da atuação dos órgãos repressivos estatais através da colaboração direta da empresa, especialmente através de fornecimento de dados de seus funcionários.

No presente capítulo estamos nos referindo especificamente à ação repressiva (de caráter ideológico) dentro do ambiente da empresa, através do setor de segurança da mesma. A ação repressiva se fez notar

principalmente em dois períodos: no início dos anos setenta e no período das greves entre 1979 e 1981.

No primeiro período o caso mais conhecido é o de Lucio Bellantani (pág. 519, anexo II do presente procedimento), o qual afirma que foi preso pela segurança da empresa, com a presença do Cel. Rudge, tendo sido levado para uma sala, aonde apanhou e em seguida entregue para o DOPS. Em suas palavras:

*Quando foi onze e meia da noite, eu estou na bancada, eu trabalhava ali na ... Estava na manutenção da sala de prensas da ala 4, estava ali trabalhando, estava de costas, quando a metralhadora me bateu na costela. Eu olho para trás e vi o chefe de seguranças da Volks encostado na coluna, perto do corredor, com um raio de uma arma que nem um revólver, um parábélum dessa idade assim, na mão. já me pegaram, no meio da seção. A peãozada ficou toda olhando, sem entender bulhufas. Me levaram para o departamento pessoal. Nem para a segurança eu fui, fui para o departamento pessoal. Cheguei lá, estava o Amauri Dagnoni, com os caras. Ali eu já comecei a levar umas porradas. (BELLENT ANI, Lúcio. Entrevista concedida a Álvaro Egea, Sebastião Neto, Milena Fontes e Rodolfo Machado. Jacaré (SP), 16 de outubro de 2014) (anexo IV).*

Nos demais casos os funcionários detidos no mesmo procedimento (784/72) relatam apenas que foram presos pela polícia, inexistindo menção a presença da segurança da empresa.

Outras testemunhas mencionam diferentes formas de repressão, como a infiltração de pessoas pagas ou pertencentes a segurança industrial

da Volkswagen nos eventos sindicais. Segundo o Sr. Sebastião Grazito (pag.507 destes autos), o Cel. Rudge infiltrava pessoal dele em assembléias de sindicato para saber o que se passava e quem estava presente.

Também existem relatos de que a fiscalização para entrar na fábrica era muito rigorosa para impedir a entrada de folhetos e jornais oriundos de sindicatos. José Braz Sobrinho (pág. 209) afirma que chegavam a vasculhar armários. Lucio Bellentani afirma que a revista era mais rigorosa na entrada do que na saída. De fato, a questão dos folhetos parecia ser de tremenda importância, como verificamos em subitem seguinte com mais vagar.

Outra afirmação de ex-funcionários é de que haveria policiais na fábrica, colhendo informações sigilosamente. O Sr. Tarcísio Abreu afirma que a Polícia Federal teria infiltrado ao menos dois agentes na fábrica, os quais seriam conhecidos pelas alcunhas de Peruca e Neruda. Apesar de ser muito provável essa infiltração, não encontramos quaisquer referências a agentes federais infiltrados na fábrica. Alguns documentos realmente mostram infiltração nas reuniões sindicais, ou por parte de policiais ou da Volks, mas não na fábrica, pelo menos por parte do DOPS. O Sr. Servio Guidotti, técnico em segurança na Volks, afirmou-nos não se recorda de infiltração de policiais na empresa e supõe que, caso realmente tivesse acontecido, é provável que ao menos os de seu nível teriam sido avisados a respeito.

### **6.c-publicações consideradas subversivas**

Há muitas referências à apreensão de publicações consideradas "subversivas" dentro da empresa.

O caso Mulinari, citado no capítulo "Colaboração", é um exemplo gritante - ele fora encontrado com exemplar do estatuto do PCdoB; manifesto programa do PCdoB; vários exemplares dos jornais "Tribuna da Luta Operária" e "Tribuna Metalúrgica"; Manifesto Comunista. Flagrado com esse material é levado para o setor de segurança e faz um depoimento que, como já visto, levou a uma série de desdobramentos por parte do SNI (Anexo 32).

Há outros exemplos de interesse do controle sobre publicações que circulavam clandestinamente dentro da fábrica e a repressão a estas.

Em 1970 são encontrados no banheiro da fábrica alguns exemplares da publicação "subversiva" "Fato Novo", a qual se refere bastante à VW. A publicação recebe grande atenção da Aeronáutica e DOPS. CENIMAR afirma que seria publicação de organização de base do PCB dentro da VW. O DOPS contradiz, dizendo que é publicação clandestina e encontrável em bancas da Capital (Anexo 33).

Na publicação, sob o título "policialismo", afirma-se que o chefe de segurança é coronel reformado e também há um suboficial. Há elementos do DOPS e SNI em diversas funções da empresa (chefia). Os guardas nem sempre estariam fardados, alguns se disfarçavam de operários para melhor vigiarem. Outro tópico do artigo é que já teriam sido feitas prisões dentro da fábrica, assim como a segurança mandaria alguém sair da mesma para serem presos do lado de fora para o DOPS ou OBAN. E para melhor vigiarem haveria uma central de rádio e aparelhos de intercomunicação individual e móvel.

Os arquivos DOPS 50-D-26-2807 e 50-Z-9-10480 são de 1969 e se referem à movimentação (que envolveu a seccional do ABCD, mais DOPS e SNI) devido à apreensão de exemplares do jornal (na verdade simples folheto) "O Ferramenta" (Anexo 12). No primeiro arquivo a respeito de

dois exemplares na fábrica 1 e quatro na fábrica 2, quando da produção do milionésimo automóvel VW no Brasil; no segundo foram encontrados exemplares na ala III, vestiário e restaurante da VW em Sto. André, em 16/out/69.

Neste caso também há (arquivo 50-Z-30-828 - anexo 12) a informação, datada de 6/jan/70, que um agente se dirigiu até a VW e o Cel. Rudge estava já apurando a distribuição do jornal. Tendo oferecido um relatório sobre o assunto, com fotos e fichas individuais dos suspeitos com a distribuição do material. Este arquivo é de particular interesse na medida que demonstra a realização de "investigações" por parte do setor de segurança.

No mesmo sentido, mas já no final da década, citamos o "lembrete" no centro comunitário de segurança narra a distribuição de jornais clandestinos na porta da fábrica (arquivo BB\_AN\_BSB\_VAZ O70\_0111 do anexo fls. 131 destes autos). O tema ainda atrairia longamente a atenção, como se nota pelo relatório SNI 31797-85, o qual afirma que a VW estaria tendo problemas com o novo sistema de representação dos funcionários, como estarem colocando cartazes dentro da empresa, o que era terminantemente proibido.

Outro caso ainda trata a respeito de Francisco Hélio de Oliveira (arq. anexo 181 BR\_AN\_BSB\_VAZ O70\_111 destes autos), que foi pego diante da fábrica com aproximadamente mil exemplares da "Tribuna Metalúrgica". Por conta disso veio a perder o emprego após alguns meses.

#### **6.d-Os Boletins de Ocorrência Volkswagen (BOVW)**

Há notável quantidade de Boletins de Ocorrência internos da VW no acervo do DOPS.

Os BOVW são feitos mais ou menos em semelhança a aqueles produzidos pela Polícia Civil. A maior parte dos constantes em autos referem-se a funcionários agredidos ou impedidos de trabalhar por aqueles dias devido aos piquetes que estavam sendo feitos pelos movimentos sindicais.

Alguns desses BOVW trazem detalhes de interesse:

- 1- Dois funcionários VW faziam piquete na av. Pereira Barreto para evitar que operários tomassem o ônibus para a empresa. O Soldado PM Claudio C. Moraes, RE 92775-9, os levou para a VW para serem ouvidos. Junto com ambos estavam dois outros indivíduos, mas sem prova de ocupação lícita, foram levados para a delegacia de polícia (pag. 105 anexo L - 26/5/79).
- 2- Um funcionário VW foi preso em Diadema por realizar piquete. A vizinha comparece na fábrica para obter declaração de emprego - e seu depoimento é registrado pelo setor de segurança (pág. 18 do anexo II).
- 3- Em 17/3/79 funcionários participantes de piquetes ou envolvidos com sindicato são ouvidos e depois "liberados".
- 4- Em clara atividade de registro de ocorrências externas ao perímetro da fábrica foram ouvidas algumas dezenas de funcionários que ou foram agredidos por grevistas ou simplesmente não puderam ir trabalhar devido aos

piquetes. Muitos desses documentos possuem carimbos de DOPS no canto superior direito.

- 5- Quando do encontro de um automóvel auxiliando nos piquetes foi feito um boletim de ocorrência VW a respeito. Através de consulta ao sistema do DETRAN descobriram que era de propriedade de um operário da empresa.

Na pag. 164 dos autos encontramos relatório DOPS sobre comícios e manifestações realizadas defronte à VW em agosto de 1980. Esse documento afirma que a segurança da VW fez um relatório resumido sobre o sindicato de SBC e Diadema, o qual consta em autos na pág. 185.

#### **6.e- Relatórios da Volks para a repressão**

Existem casos de relatórios de segurança da empresa que acabaram nos arquivos do DOPS ou SNI. Alguns deles mencionamos em outros locais, como o que foi feito pelo Coronel Rudge a respeito do jornal O Ferramenta e encaminhado para a polícia federal. Outros não foram elaborados diretamente para órgãos da repressão, mas acabaram lá.

Talvez o mais significativo deles tenha percorrido um caminho tortuoso até chegar nos arquivos policiais. Ele está inserido num expediente da Delegacia Regional do Trabalho (pag. 159 do anexo II destes autos) de set/74 sobre o I Congresso dos trabalhadores nas indústrias metalúrgicas, mecânicas e material elétrico de SBC e Diadema. Uma parte desse documento é um relatório VW (assinado pelo próprio Cel. Rudge), que informa sobre reunião do sindicato dos metalúrgicos. O Coronel também comenta sobre as ações de reivindicação salarial da VW e por fim narra sobre o que estava acontecendo em outras empresas da região. Ou

seja, além de espionar seus funcionários, também usava os recursos a sua disposição para acompanhar a ação do sindicato em toda a região.

#### **6.f- Prisões na VW**

Os entrevistados do setor de segurança, ativos nos anos 70 e entrevistados para este relatório, não se recordam da realização de prisões dentro da fábrica, exceto pelo caso do nazista Stangl, ainda comentado nos anos 70.

O procedimento descrito é que caso algum indivíduo viesse a ser encontrado com material subversivo era levado até o setor de recursos humanos para que tomassem as providências cabíveis. O Sr.Sérvio Guidotti frisa que a partir do momento em que um indivíduo era mandado para o Recursos Humanos saía da competência da Segurança e desconhece qual era o procedimento ali.

Entretanto resta documentado pela documentação consultada que de fato ocorreram prisões dentro da fábrica quando da investigação sobre a célula do PCB que estaria sendo ali engendrada. Na época (1972) resta claro (até conforme os depoimentos dos envolvidos) que os policiais adentraram na fábrica várias vezes a fim de realizar as prisões, conforme já descrevemos com mais vagar no capítulo correspondente.

#### **6.g- Polícia na VW**

Já referidos rapidamente aqui sobre a presença do DOPS dentro da fábrica para a realização de prisões.Não encontramos referência a

delegados ou policiais circulando com delator para indicar os membros do PCB. Assim, acreditamos ser possível descartar esse episódio como improvável.

Aparentemente havia a presença de policiais do DOPS pelo menos quando era necessário obter alguma informação da diretoria da empresa ou efetivamente para a realização de alguma prisão.

No IP 784/72, especialmente na parte dos depoimentos judiciais, há algumas informações de interesse quanto à presença de polícia dentro da fábrica.

No depoimento judicial de Geraldo Castro del Pozzo (pág. 471 do vol. 2 - anexo 18) ele afirma que estava trabalhando quando foi levado "com a roupa do corpo" por elementos da polícia que pediam que fosse depor sobre um roubo na VW e, chegando ao DOPS, lhe perguntaram sobre o partido comunista.

Coisa semelhante é dita no depoimento de Danhone (Anexo 19), ao se referir que estava trabalhando na VW quando foi levado para o DOPS.

O Policial Francisco Rosa (Anexo 20) confirma que a prisão de Amauri ocorreu dentro da fábrica, sendo que não possuía qualquer mandado. Aparentemente, aliás, na maioria dos casos não foi emitido mandado de prisão. Todas as prisões, inclusive as que ocorreram com anuência da Volkswagen, foram feitas para "averiguação", um procedimento sem qualquer respaldo legal.

Quanto a ação da Polícia Militar, ela ocorre basicamente a partir das greves de 1979. Acima mencionamos o episódio de dois funcionários VW que faziam piquete na av. Pereira Barreto para evitar que operários tomassem o ônibus para a empresa. O Soldado PM Claudio C. Moraes, RE 92775-9 os levou para a Volkswagen para serem ouvidos. Junto com eles

estavam dois outros indivíduos, que também foram levados para a delegacia (pag. 105 anexo L - 26/5/79).

Relatório da delegacia seccional de Polícia do ABCD (arquivos DOPS, pasta 20-C-44-9072 - anexo 26) comunica reunião em 27 de outubro de 1980 na VW de ABC. Compareceram ali cerca de cinquenta encarregados de segurança industrial de empresas como Mercedes, Scania, Ford e outras. A mesa foi presidida por Rudge que, segundo o relatório, "em poucas palavras informou aos presentes sobre o andamento do movimento sindicalista no ABC." Adiante o relatório afirma que "O CPAM-6 enviou um representante e este informou que a PM na área está em condições de prestar seus serviços caso se necessite deles".

## **7- Lista negra enquanto prática institucional**

Para esse tópico construímos uma definição instrumental de Lista Negra:

*Lista Negra se trata de um registro de alguma organização que, por qualquer razão, nega algum privilégio, benefício ou emprego a alguém em determinada situação, período de tempo ou lugar.<sup>24</sup>*

Existem muitos casos registrados do uso dessa prática por parte de empresas para recusar a contratação de indivíduos que se posicionam contra a ideologia ou regime político vigente. Talvez a Lista mais conhecida seja a que circulou nos Estados Unidos nos anos 50 e que impedia determinados intelectuais de conseguirem emprego, inclusive em algumas universidades de ponta.<sup>25</sup>

No Brasil essa prática é antiga, e remonta a antes mesmo da criação do DOPS paulista. No início do século as lideranças industriais se encarregavam de fazer essas listas e circularem entre os colegas. Normalmente elas incluíam de tudo, desde bêbados crônicos até sindicalistas ou anarquistas. No final dos anos 20 a manutenção e difusão das listas ficou a cargo, como já mencionamos, do DOPS. (PINHEIRO, 1991)

No período pós 64 essa prática ganhou impulso com a ligação cada vez mais estreita entre setores do empresariado e conjunto de órgãos

---

<sup>24</sup> Para elaborar essa definição sintética utilizamos Lorence, 1999; Cook, 2016; e Melo, 2002.

<sup>25</sup> LORENCE, 1999.

repressivos, apesar de que em São Paulo o DOPS continuou como parceiro preferencial.

Vários livros e artigos mencionam o período de 1978-81, quando o Dops paulista e a Volkswagen mantiveram constante troca de informações a respeito dos sindicalistas. E o primeiro a admitir isso é o Coronel Adhemar Rudge, Gerente da Divisão de Segurança Industrial e Transporte da Volkswagen de 1969 a 1991. Em uma entrevista com o jornalista José Casado de O Globo em 15/05/2005, ele afirmou que:

“Nunca houve terroristas nas fábricas – conta. – Nos preveníamos, eventualmente com alguma troca de informações com o DOPS. ”

Ou seja, o chefe da segurança confirmou que trocavam informações com o DOPS. No mesmo artigo Casado comenta que:

“A cooperação entre empresas e ditadura militar foi permanente, intensa e quase sempre discreta, revelam documentos inéditos guardados nos arquivos do extinto Dops paulista. Uma parte foi descoberta e entregue ao GLOBO pelo historiador Antônio Luigi Negro... Outros papéis foram localizados em arquivos públicos e particulares de São Paulo, Buenos Aires e Washington.

...

Grandes empresas recrutaram pessoal nas Forças Armadas e na polícia, mantiveram aparatos de espionagem dos empregados dentro das fábricas e nos

sindicatos. A Volks e a Chrysler, por exemplo, repassaram listas de funcionários aos órgãos de segurança, às vezes com as respectivas fichas funcionais”.

No livro *“À Espera da Verdade: empresários, jurista e elite internacional”*, os autores dedicam três capítulos para discutir a ligação da empresa com a ditadura. Num deles são apresentadas as ações do Grupo de Acionistas Críticos da Volkswagen. Noutro expõem o nazista Franz Stangl, que trabalhou na empresa por anos com seu nome verdadeiro, apesar de ser procurado por crimes contra a humanidade, e foi extraditado em 1967. E no terceiro o que mais nos interessa, a ligação da empresa com a repressão. Nele são mencionados vários trechos da Comissão Nacional da Verdade referentes a Volks. Apesar de ser uma fonte de segunda mão, a vantagem desse texto é que aglutina informações dispersas.

Segundo eles em 1971 o setor de segurança tinha mais de 40 funcionários, ex-policiais e/ou militares. E mencionam um documento que foi encontrado pela comissão no Arquivo Público do Estado de São Paulo, acervo do Dops, que é uma comunicação interna assinada pelo Coronel Rudge, que informa sobre as atividades sindicais recentes.

Outro texto que menciona essa ligação é o Comitê Memória, Verdade e Justiça de Pernambuco. Em seu site eles mencionam que existem vários documentos que mostram a cooperação da Volkswagen com:

“...órgãos policiais de segurança do DOPS, identificada, por exemplo, a partir de relatório

proveniente do Setor de Análise, Operações e Informações do mencionado órgão policial. O relatório fala a respeito do “Comício realizado na Portaria da VW, no dia 26-03-80 pela Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema”. Esse ofício da polícia política registra “um resumo feito pela Volkswagen referente à atuação do Sindicato (...) elaborado pela Segurança da Volkswagen”.<sup>26</sup>

Na região do ABC aparentemente a colaboração era generalizada entre as empresas. Havia um Grupo de Trabalho que reunia os chefes da segurança de várias empresas além de militares e policiais do Dops. E o Coronel Rudge é mencionado como tendo estado presente em uma dessas reuniões.

“Na manhã da terça-feira seguinte (11 de novembro), representantes de Volkswagen, General Motors, Chrysler, Firestone, Philips e Constanta se reuniram com o chefe do Departamento de Ordem e Política Social (Dops) no ABC paulista, Israel Alves dos Santos Sobrinho, e o major Vicente de Albuquerque, do IV Regimento de Infantaria do Exército.

Na delegacia estiveram Evaldo Herbert Sirin, da General Motors; Mário de Souza Campos, da Chrysler; A. J. Vieira, da Firestone; coronel Evaldo Pedreschi, da Philips;

---

<sup>26</sup><http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/38816/cnv+sistema+da+volkswage+n+para+vigiar+funcionarios+na+ditadura+foi+criado+por+criminoso+nazista.shtml>

major Adhemar Rudge, da Volkswagen; e Synésio de Oliveira, da Constanta.

Chefes das seções de segurança interna dessas indústrias queriam acelerar o funcionamento do Grupo de Trabalho (depois chamado Centro Comunitário) que serviria de cobertura à colaboração entre empresas privadas do ABC paulista, o Dops e o Exército. Segundo a ata da reunião, debateram "problemas" nas fábricas, decidiram a compra de "mapas do Grande ABC e outros artigos", e estabeleceram um Centro de Coordenação no Dops. " <sup>27</sup>

Apesar das ações no ABC serem as mais notórias, a Volks na região do Vale do Paraíba também mantinha laços estreitos com a polícia política. O Jornal O Vale noticiou em 13/07/2014 que havia um relatório do sindicato dos metalúrgicos local, que depois de uma pesquisa nos arquivos do Dops, teria afirmado que:

"... grandes empresas da região criaram um grupo de trabalho chamado Cecose (Centro Comunitário de Segurança do Vale do Paraíba), congregando ao menos 25 companhias. "

Outros órgãos de imprensa também mencionaram esse Centro e, segundo todos eles, a Volks era uma das participantes mais assíduas e utilizava "Lembretes" para fazer seus comunicados ou sugestões. Segundo

---

<sup>27</sup><http://noblat.oglobo.globo.com/noticias/noticia/2005/05/como-as-empresas-ajudaram-ditadura-no-brasil-22604.html>

uma das reportagens mais completas  
(<http://blog.esquerdaonline.com/?p=5009>):

“Os “Lembretes” nada mais são que os relatos de acontecimentos relacionados ao movimento operário e suas organizações, em diferentes regiões do estado de SP, registrados pela Volkswagen no mês de junho de 1983, comprovando a existência de *operativos de inteligência sob a responsabilidade da empresa*. Dentre os 14 itens que os compõe, grande parte trata das atividades do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Mas a Volkswagen também monitorava com grande interesse os militantes de organizações clandestinas como o PC do B e o MR-8 e de correntes e partidos legalizados, como o a CS e o PT como um todo. Através do controle das vendas de jornais políticos e das campanhas financeiras ocorridas nas imediações e no interior de suas fábricas, a empresa buscava informar-se sobre o nível de estruturação e de influência dessas organizações.”

E esses “lembretes” eram repassados à Aeronáutica, conforme a mesma fonte, através dos OI (Operador de Informação). O relatório abaixo foi localizado no Arquivo Nacional. No Fundo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica. Segundo o site ele pode ser localizado pelo código Info no. 042/SIS/EEAer/83BR\_AN\_BSB\_VAZ\_026A\_0194.

“...no dia 06 Jul 83, atendendo convite do Chefe de Segurança da Indústria Villares S/A, participou pela primeira vez da Reunião do Centro Comunitário de Segurança do Vale do Paraíba, composta por elementos de segurança e informações de grandes Empresas da região, destacando-se

entre elas: AVIBRAS S/A; CATERPILLAR S/A; CONFAB S/A; EMBRAER S/A; ENGESA S/A, RHODIA S/A; FORD S/A; ERICSON S/A; F.N.V S/A; GENERAL MOTORS S/A; PETROBRAS S/A; JOHNSON S/A; KODAK S/A; PHILLIPS S/A; TELESP S/A; VILLARES S/A; VOLKSWAGEN S/A; EMBRAPE S/A E VIBASA S/A, além de várias Unidades do Exército, do Centro Técnico Aeroespacial e das Polícias Militar, Civil e Federal, representadas pelos respectivos Chefes dos OIs”.<sup>28</sup>

Em outras palavras o controle sobre os empregados não se baseava apenas no trabalho do Coronel Rudge em São Bernardo. A Volks tinha, segundo os textos que localizamos, um acesso muito bom a pelo menos dois dos órgãos de polícia política: o DOPS e a CISA.

Um trabalho apresentado por Bruno Bahia do Siqueira, do Núcleo de Pesquisa Pró-Memória São José dos Campos, expõe a tese de que a função do CECOSE era exatamente essa, identificar pessoas que seriam funcionários “problemáticos” e impedi-los de conseguir emprego. Ele comenta que:

“Simultaneamente ao ascenso do movimento operário aumentou-se a perseguição e a repressão aos trabalhadores na região. Sindicalistas foram presos. Grevistas demitidos. Greves de ocupação como a ocorrida na Embraer foram reprimidas

---

<sup>28</sup> <http://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/wp-content/uploads/2016/08/Ditadura-empresaria-militar-o-caso-do-centro-comunit%C3%A1rio-de-seguran%C3%A7a-do-Vale-do-Paraiba.pdf>

pelo exército que adotou a tática de invadir a empresa forçando a saída dos trabalhadores.

Não obstante, os trabalhadores que eram demitidos não conseguiam ser contratados por outras empresas, ou, quando conseguiam, eram demitidos repentinamente sem nenhuma explicação. Tal prática foi constante no período ditatorial o que levou os trabalhadores a desconfiarem da existência de uma chamada “lista negra” compartilhada de alguma maneira pelas empresas da região. Dessa forma, ao mesmo tempo em que as empresas evitariam a contratação de possíveis trabalhadores combativos, a prática serviria também como mais uma forma de punição e intimidação aos trabalhadores. ”

Nem só no Vale do Paraíba foram construídas essas listas de funcionários que tinham ligações políticas ou eram ativos nos sindicatos. Uma prova é a lista de militantes sindicais redigida pelo Coronel Rudge. Vários artigos levantam a suspeita de que a finalidade delas era impedir os que nela constassem de conseguir emprego na indústria. Existem depoimentos de pessoas que se dizem vítimas dessa perseguição extralegal. Uma matéria investigativa da Agencia Reuters<sup>29</sup> detalha a existência da lista negra do ABC e as dificuldades dos que nela estavam de encontrar emprego:

“A lista datilografada contém os nomes e endereços residenciais de cerca de 460 trabalhadores de 63 empresas do ABC paulista, ...

---

<sup>29</sup><http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKBN0G51SR20140805?sp=true>

A lista, que data de início de 1980, foi elaborada pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops)...

A Volkswagen é a empresa que tem mais funcionários na lista do Dops, com 73. A Mercedes-Benz aparece em seguida, com 52. “

A Reuters entrevistou 10 pessoas cujos nomes apareceram na "lista negra". A maioria relatou ter sido despedida pelas empresas no início dos anos 1980, na época que o documento apareceu. Alguns disseram que foram presos pelo menos uma vez, às vezes em piquetes. A maioria relatou problemas para encontrar trabalho mais tarde.

Nenhum dos trabalhadores disse ter enfrentado tortura ou prisão prolongada nos anos após o surgimento da lista. Isso condiz com relatos de historiadores de que as táticas mais duras dos militares cessaram em grande parte em meados da década dos anos 1970, com grupos guerrilheiros armados diminuindo em número e generais mais moderados ganhando influência.

Manoel Boni, de 59 anos, disse que foi demitido pela Mercedes-Benz depois de participar de uma greve em 1980. Nos anos que se seguiram, ele aplicou repetidamente para cargos como torneiro mecânico em outras montadoras fora de São Paulo, incluindo algumas fábricas que tinham vagas disponíveis para essa função.

As empresas se recusaram a contratá-lo. Boni disse que dependeu por longos períodos de ajuda da igreja ou da assistência de amigos. Ele finalmente encontrou trabalho em uma pequena fábrica perto do centro de São Paulo.

Quando viu a lista a qual a Reuters teve acesso pela primeira vez, Boni disse: "Meu Deus, meu Deus".

"Setor 381", disse ele, lendo em voz alta a anotação manuscrita ao lado de seu nome. "Sim, isso era a inspeção de qualidade, onde eu trabalhava."

Ele ficou em silêncio por um longo período, lendo outros nomes no documento. "Muitas coisas fazem sentido agora", disse ele, finalmente.

Keiji Kanashiro, 70, foi assessor econômico para a Mercedes-Benz antes de perder o emprego em 1980. Nos anos seguintes, ele disse que muitas vezes enviou 20 currículos por semana, sem sucesso.

Uma vez, Kanashiro disse que se reuniu com um representante de recursos humanos de uma outra grande montadora estrangeira na Grande São Paulo. "Ele me disse: 'Você está em uma lista, e você nunca mais vai trabalhar no setor privado de novo'", afirmou Kanashiro.

Nem todos na lista tiveram essas experiências ruins. Geovaldo Gomes dos Santos, que trabalhou na prevenção de acidentes para a Volkswagen, disse que sentiu como se seus chefes estivessem tentando empurrá-lo para fora da empresa no início dos anos 1980. Ele continuou no trabalho mesmo assim e, finalmente, se aposentou em 2003.

De todo modo, ele tem lembranças vívidas dos anos duros. "Se você apoiou o sindicato, eles trataram você como um inseto", disse. "Eu gostaria de ver alguma justiça pelo que aconteceu com os outros."

Tendo em vista o exposto, não há com o negar que existiu uma lista negra. Se todos cumpriam ela a risca, e até quando teve força são questões que demandam mais pesquisa, porém são relevantes apenas do ponto de vista histórico.

## **7.a-Utilização da Comunidade Complementar de Informações**

Tal como citado anteriormente, A "Comunidade Complementar de informações" foi descrita em documento de 16 de junho de 1978, catálogo Of 044/52/AC/78O SNI - Anexo 25: "em informe motivado por vazamento de informações sobre o programa nuclear brasileiro: Congregando representantes de órgãos de informações, de autarquias, empresas públicas, etc, e representantes de órgãos de segurança física de empresas privadas como bancos, jornais e indústrias, abrangendo quase uma centena de participantes. Devido a complexidade dessas reuniões (pela quantidade de participantes) começaram a surgir reuniões paralelas, a revelia dos órgãos aos quais cabia a direção e, algumas, até com a aquiescência do IIº Exército. [...] Porém elementos dessa comunidade complementar continuavam a promover reuniões paralelas, autoconvocadas, autodeterminadas e periódicas (uma vez por mês) na sede de cada uma das entidades representadas."

Constam igualmente os participantes desses encontros, com ampla maioria de militares da reserva responsáveis pelos setores de segurança das empresas, como o Cel. Rudge.

É dentro dessa "Comunidade Complementar de Informações" que entendemos um relatório da delegacia seccional de Polícia do ABCD (arquivos DOPS, pasta 20-C-44-9072) comunicando reunião em dia 27 de outubro de 1980 na VW de ABC, Anexo 26.

Aparentemente esta "Comunidade" foi o embrião de um contato direto entre determinadas indústrias de grande porte - o chamado CECOSE (Conselho Comunitário de Segurança) do vale do Paraíba, geralmente acompanhados pelo pessoal da Aeronáutica; este inclusive

produziu quantidade considerável de relatórios a respeito dos assuntos tratados pelo seu setor de Inteligência.

Até certo ponto é possível afirmar que existia um determinado caráter de informalidade nessa "Comunidade Complementar"; embora acompanhado de perto pelos órgãos repressivos, era essencialmente um contato informal, relativamente organizado, entre os setores de segurança das empresas.

A partir dos CECOSE há realmente uma institucionalização desses contatos, que passam a versar mais do que nunca a respeito dos problemas sindicais que estavam enfrentando à época.

O Informe 114/85-AI/CTA de 27/setembro/1985 (Anexo 27) é cristalino a esse respeito:

“Após a realização de greves em diferentes indústrias são relacionados pelas firmas os ativistas que se destacaram durante a greve.

As relações são passadas de uma para outra indústria e cabe a decisão à empresa que recebeu admitir ou não o grevista relacionado.

A prática descrita acaba deixando desempregados os ativistas e militantes.”

## **7.b- Centros Comunitários de Segurança**

Os Centros Comunitários de Segurança reuniam diversas entidades e pessoas para discutir assuntos de segurança. O do Vale do Paraíba (aqui chamado simplesmente de CECOSE) é o que nos interessa.

Aparentemente as reuniões do CECOSE criou o hábito das empresas realizarem *meetings* a respeito de problemas de segurança e compartilhar informações sobre funcionários considerados problemáticos - inclusive quando entidades do governo deixam de as acompanhar como participantes.

Essas reuniões, entretanto, ao se transformarem em atas formais forneciam dados para a inteligência da repressão, especialmente da Aeronáutica, elementos para produzir relatórios sobre o movimento sindical e os indivíduos que estavam em destaque no mesmo. Frise-se que nessas reuniões, em diversos momentos, mais se tratava de greves e movimento sindical do que qualquer assunto de segurança.

Um exemplo de relatório bastante minucioso de uma dessas reuniões está no anexo II, pag. 205 e seguintes deste procedimento. Esse relatório tem ainda como anexo diversos jornais e panfletos do movimento grevista de 1985.

A VW respondia pela maior parte do material registrado nessas reuniões, era ativa nesses encontros, indicando assim ser a participante central. Às atas das reuniões geralmente está anexado o que a empresa chamava de "lembretes": na verdade uma lista de denúncias e comentários da empresa, muitas vezes trazendo informações sobre atividades que eram consideradas como subversivas pela montadora. Eventualmente há também "lembretes" sobre furtos simples de peças por funcionários (O49A\_0039), incluindo a qualificação dos mesmos.

Exemplos dos lembretes juntados em autos estão nos arquivos BR\_AN\_BSB\_VAZ O24\_0216, 26\_0087 e seguintes.

E esses "lembretes", trazendo dados de funcionários com posturas "subversivas", configuram sem sombra de dúvida o que chamamos de "lista negra", pois implicam em transmitir para outros empregadores

nomes de empregados considerados problema por causa das atividades sindicais. Na maioria dos casos ficava a cargo da empresa que recebia os informes decidir se contrataria ou não esses trabalhadores. A história ensina, porém, que normalmente os que estão na lista tem problemas em conseguir emprego.

Como já pontuamos, a Aeronáutica participava do CECOSE - e aproveitava de sua presença para, através de seu setor de inteligência, produzir algumas dezenas de relatórios sobre essas reuniões. Assim, encontramos informes que consideramos bastante esclarecedores a respeito do tema, como o 181/CISA-RJ (Anexo 30) de 23/julho/79, que trata das demissões na Volkswagen que se seguiram às greves - cerca de 320 operários - em razão de piquetes e distribuição de panfletos. O informe relata os nomes daqueles que já registram "antecedentes por subversão".

### **7.c-Casos específicos**

Na elaboração do presente trabalho deparamos com os casos de pelo menos três pessoas que sofreram pôr anos, devido a estarem incluídos em uma dessas listas:

#### *a) Henrich Plagge*

Em seu depoimento (bem como em sua petição para a Comissão de Anistia) o ex-metalúrgico narra as dificuldades para conseguir emprego. Uma das empresas em que tentou foi a Voith (hoje Voith Siemens). Depois amigos com relações dentro desta empresa lhe explicaram que não conseguiu a vaga porque seu nome estaria em uma lista emitida por órgãos militares a qual empresas de médio e grande porte tinham que consultar antes de empregar pessoas em postos de confiança ou chefia.

*b) Lucio Bellantani*

Caso que se aproxima bastante do de Plagge - até porque ambos foram presos a partir do mesmo procedimento, na mesma época (na verdade com diferença de dias apenas) e sob a mesma acusação.

*c) Claudecir Mulinari*

Conforme já narrado neste relatório, Claudecir Antônio Mulinari era funcionário da Volkswagen em outubro de 1980 quando foi flagrado passando uma lista de subscrição para elaborar faixas com slogans. Levado para o setor de Segurança Industrial, foi interrogado a respeito, bem como apreendido o material considerado subversivo. Tudo isso foi reduzido a termo e o material resultante enviado para o SNI (arquivo ASP ACE 481880), resultando na elaboração do informe 2892/116/ASP/1980 (Anexo 32).

Localizamos o Sr. Claudecir, tendo sido o mesmo ouvido pelo MPF. Pelo seu depoimento fica claro não apenas a repressão, mas também a colaboração com a repressão estatal e, por fim, igualmente a lista negra - note-se que apesar de seu caso ocorrer já nos estertores da ditadura, ele teve por muito tempo dificuldade em conseguir emprego novamente depois do ocorrido.

#### **7.d-Conclusão**

Acreditamos estar perfeitamente claro e demonstrado que existia efetivamente a chamada "lista negra", listagem de funcionários que seriam inconvenientes e que não deveriam ser contratados.

Da mesma maneira nos parece também claro e demonstrado que muitas dessas "entradas" na lista negra se deviam a questões ideológicas ou envolvimento com movimentos sindicais da época.

Por fim, consideramos demonstrado que havia um envolvimento positivo e inequívoco da empresa Volkswagen com essa lista, colaborando com o fornecimento de dados para a mesma e assim dificultando, quando não impedindo, que seus ex-funcionários viessem a conseguir emprego.

## **8- Conclusão**

Poderíamos continuar pesquisando por meses, e a cada dia novos documentos iriam se somar aos que já localizamos. Consideramos, porém, que o montante de provas documentais e entrevistas analisadas já é suficiente para afirmar que a tese de que houve participação da Volkswagen na repressão está demonstrada além de qualquer dúvida. Nessa pesquisa seguimos a linha da historiadora Barbara Tuchman, que em seu livro sobre A Prática da História afirma que:

*“O mais importante é saber quando parar”.*<sup>30</sup>

Segundo ela a pesquisa é muito mais agradável do que escrever, portanto muitos pesquisadores passam a buscar detalhes cada vez menores para provar o que já está provado.

Portanto, a partir do momento que consideramos que a busca de dados novos só estava produzindo mais sobre a colaboração da Volkswagen com a ditadura militar demos por encerrada a pesquisa.

Na prática a camaradagem entre repressão e Volkswagen envolveu não só a colaboração através da troca de informações, mas também repressão ativa da empresa contra funcionários. Durante a pesquisa foi possível identificar dois momentos em que a cooperação foi mais intensa:

- a) no começo dos anos 70, período de "caça às bruxas", onde os órgãos de repressão estavam mais ativos. Durante o ano de 1972 houve uma repressão essencialmente ideológica, buscando identificar os indivíduos que estariam defendendo a ideologia comunista. Naquele momento os

---

<sup>30</sup> Aliás a autora tem um ou dois livros publicados pela editora do Exército Brasileiro.

órgãos repressivos estavam em busca de novos alvos, já que os grupos que atuaram na luta armada estavam praticamente dizimados. E o DOPS saiu na frente na caça aos comunistas, que não pegaram em armas. Meses depois o DOI-CODE e outros setores da polícia política seguiriam o mesmo caminho;

- b) nos finais dos anos 70 quando o objetivo da repressão era fundamentalmente se contrapor ao movimento sindical da época. Mais do que ideológica, a repressão visava contornar as greves e paralizações que aconteceram seguidamente naqueles anos. Essa situação se prolongou pelo menos até 1981, ocasião em que a repressão política já havia perdido muito de seus poderes.<sup>31</sup>

Isso não significa que nos períodos intermediários não houve um “relacionamento especial” entre o Departamento de Segurança Industrial da empresa e os órgãos de repressão. Na verdade, como demonstramos, o apoio da Volkswagen ao regime antecede o período mais duro, e vem desde antes do golpe de 1964. Afinal a empresa está na “Relação das firmas que colaboraram com a mobilização de Material empreendida em decorrência dos eventos de 31 de março de 1964”.

Portanto havia uma identidade de objetivos, ou talvez mesmo uma proximidade ideológica com os militares. A fala do presidente Sauer ao embaixador alemão, pedindo um endurecimento para com os sindicalistas alemães no Brasil, corrobora essa tese.

E a identidade de objetivos merece uma discussão mais densa, devido ao fato de que uma das desculpas que ouvimos durante os

---

<sup>31</sup>GASPARI, 2003.

trabalhos é que as circunstâncias é que levaram a Volkswagen, e outras empresas a apoiar um regime autoritário. Outra alegação, aliás feitas numa entrevista com a tv estatal alemã, é de que se havia ligação não era culpa da empresa, mas de algum funcionário de baixo escalão.

E para aprofundar esses dois temas é importante retomar o capítulo metodológico do relatório, onde classificamos as informações obtidas nos arquivos em três tipos.

#### **a) Provas corroborativas.**

A maior parte dos textos citados neste relatório é desse tipo. São casos em que os documentos produzidos pelo DOPS, SNI ou congêneres demonstram a ligação existente entre a empresa e a repressão. Sendo assim nem vale a pena discorrer sobre eles porque na prática iríamos repisar o que já foi estabelecido. Não restam dúvidas de que Volkswagen, além de colaborar com os órgãos repressivos também agiu por conta própria, as vezes participando da repressão.

#### **b) Contra evidência**

Não localizamos nenhum documento dos órgãos de repressão que pudesse ser utilizado como base para refutar a participação da Volkswagen na repressão.

O que mais se aproxima disso são os documentos ASP ACE 7424 81 e AC ACE 112712 78, já mencionados acima, que proíbem os membros do SNI de participar, dali em diante das reuniões da Comunidade Complementar de Informações. O motivo seria que elas tinham muitos participantes e por isso haveria uma real possibilidade de vazamento. Esse mais um ponto de vista operacional, porquenas reuniões com muita gente

as informações vazam. Num texto chamado Profissionalização da Atividade de Inteligência, Marisa Almeida Del 'Isola e Diniz, ex-Diretora Geral da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), órgão sucessor do SNI, afirma que:

“No âmbito da Inteligência, tudo é compartimentado; níveis diferentes de credenciamento, juntamente com a necessidade de saber determinam o acesso.”<sup>32</sup>

Além disso, um desses documentos traz a ficha do Cel. Rudge, a qual menciona o relacionamento dele com um indivíduo indiciado num IPM (Inquérito Policial Militar) por corrupção, não por ser opositor do regime. Pelo que se pode inferir dessa ficha, esse seria um ponto contra o Cel. Ou seja, um motivo para não se confiar totalmente nele, mas como vimos através da profusão de documentos levantados, essa opinião não vingou.

### **c) Evidências Circunstanciais.**

Algumas das evidências são circunstanciais, e foram utilizadas para corroborar, nunca como conclusivas. Por exemplo o depoimento de um ex-funcionário que afirma a infiltração da Polícia Federal entre os trabalhadores. Apesar de sabermos que essa era uma prática constante no período, não descobrimos prova corroborativa, portanto não podemos afirmar com certeza que isso ocorreu.

Outras evidências circunstanciais ajudaram a formar opinião sobre determinado tópico. Por exemplo a questão da carreira dos chefes da Segurança Industrial, Coronéis Adhemar Rudge e Eugênio Ramos. Por si

---

<sup>32</sup>In <http://www.senado.gov.br/comissoes/ccai/05-Segunda%20Parte.pdf>

só o fato de Rudge ter passado por cargos importantes dentro do regime militar e Ramos ter sido formado em inteligência, não provam que mesmo na Volks continuavam a serviço do regime militar. Ocorre, porém, que trabalhamos essas informações junto com outros quatro elementos:

- A soma gigantesca de documentos da Volkswagen encontrados nos arquivos do DOPS e SNI;
- A afirmação do Tenente Carvalho de que nenhum subordinado teria coragem de fazer contato com o DOPS sem ordem dos superiores;
- A correspondência do Coronel Rudge com o DOPS.
- Como informa o delegado do DOPS que presidiu o inquérito sobre o PCB, eles sabiam anteriormente que a “subversão” iria tentar se organizar nas indústrias do ABC.

Portanto não há como negar que um deles, possivelmente ambos, eram responsáveis pelo contato entre a Volks e a polícia política. E assim sendo a informação sobre seus antecedentes e ideologia leva a crer que a reestruturação do Departamento de Segurança Industrial não ocorreu por acaso.

Assim como eles saíram das forças armadas diretamente para a Volkswagen, outros oficiais de carreira foram alocados no parque industrial do ABC, sempre no comando da segurança. Daí se infere que o regime militar tinha uma estratégia para a região, e nada aconteceu por acaso. O relacionamento especial entre a segurança da Volks e de algumas outras indústrias com a polícia política era pré-programado, não foi fruto das circunstâncias ou do acaso. Portanto havia um conluio desde o início

entre a Volkswagen e o aparelho repressivo. Os dois militares no comando foram contratados para fazer exatamente o que fizeram, ajudar o aparelho repressivo da ditadura.

Talvez o mais importante trabalho teórico sobre o indivíduo que faz o trabalho sujo de um regime duro seja o livro da filósofa alemã Hanna Arendt (1999). Ela acompanhou ao vivo o julgamento do carrasco nazista Eichmann em Jerusalém após seu sequestro por agentes israelenses na Argentina. E através de sua observação criou uma teoria sobre a “banalidade do mal”. Apesar de início ter sido muito criticado, esse conceito se firmou não apenas nas Humanidades, como também no Direito Internacional. Nele a autora coloca uma discussão sobre o fato de Eichmann e vários colegas não serem especificamente monstros ou sádicos. Segundo ele boa parte era composta de funcionários levados a agir de forma monstruosa por uma estrutura onde o extermínio de milhões de pessoas era desejado pelo estado. Portanto aqueles que o praticavam tinham ascensão em suas carreiras.

No caso brasileiro esse conceito também pode ser usado, mas não para apagar ou desculpar a morte, prisão ilegal ou a tortura de inúmeros cidadãos, mas para entender como a polícia política e as empresas de montadoras de veículos construíram um sistema de vigilância e repressão. De uma forma burocrática e anódina, sem discutir ideologia, restringiram a liberdade dos trabalhadores e montaram um aparelho repressivo de muitas faces, cada uma delas capaz de se apresentar para a sociedade como legítima. E a Diretoria de Segurança Industrial da Volkswagen foi uma das mais eficientes em manter uma aparência de legitimidade, enquanto agia nas sombras como instrumento da repressão política.

## **Bibliografia**

- AQUINO, Maria Aparecida de et al. A alimentação do Leviatã nos planos regional e nacional: Mudanças no DEOPS/SP no pós-1964. Arquivo do Estado de São Paulo. 2002.
- AQUINO, Maria Aparecida de et al. O dissecar da estrutura administrativa do DEOPS/SP. Anticomunismo: doença do aparato repressivo brasileiro. Arquivo do Estado de São Paulo. 2002.
- ARENDT, Hannah; Eichmman em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal. Companhia das Letras. São Paulo, 1999
- BARROS, A. J. S. e LEHFELD, N. A. S. Fundamentos de Metodologia: Um Guia para a Iniciação Científica. São Paulo: Makron Books, 2000.
- CASADO, José, OTAVIO, Chico. O elo da Fiesp com o porão da ditadura. Jornal o Globo. 09/03/2013.
- COOK, Bruce. Trumbo. A vida do roteirista que derrubou a lista negra de Hollywood. Editora Intrínseca. Rio de Janeiro, 2016.
- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório – Tomo I - Parte I - O Financiamento da Repressão. Brasília, 2014.
- DARNTON, Robert. The Brissot Dossier. French Historical Studies17(1): 191-205. 1991. In [https://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/3403050/darnton\\_brisso t.pdf? sequence=2](https://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/3403050/darnton_brisso t.pdf? sequence=2)
- FIGUEIREDO, Lucas. Ministério do Silencia. Editora Record. São Paulo, 2005
- FREDERICO, Celso. A esquerda e o movimento operário– 1964-1984. São Paulo: Novos Rumos, 1987.

- GASPARI, A ditadura envergonhada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GASPARI, A ditadura escancarada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.
- GASPARI, A ditadura encurralada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GASPARI, A ditadura derrotada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003
- GODOI, Marcelo.** A Casa da Vovó. Uma biografia do DOI-Codi (1969-1991), o centro de tortura e morte da ditadura militar. Alameda. São Paulo, 2014.
- GUTERMAN, Marcos.** Nazistas entre nós: A trajetória dos oficiais de Hitler depois da guerra. Editora Contexto. São Paulo 2016.
- LORENCE, James J.** The Suppression of Salt of the Earth. How Hollywood, Big Labor, and Politicians Blacklisted a Movie in Cold War America. University of New Mexico Press: 1999
- MARTINS, Paulo Egydio.** Paulo Egydio: depoimento ao CPDOC / FGV. Organização Verena Alberti, Ignez Cordeiro de Farias, Dora Rocha. São Paulo: Imp. Oficial do Estado de São Paulo, 2007, pp. 172-173.
- MELO, Raimundo Simão de.** Discriminação, Lista Negra e Direito de Ação. Rev. TST, Brasília, vol. 68, nº 3, jul/dez/2002
- MINGARDI, Guaracy.** Tiras Gansos e Trutas. Scritta. São Paulo, 1992.
- MONTELEONE, Joana et al.** À Espera da Verdade. Empresários, juristas e elite transnacional. Alameda. São Paulo, 2016.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio.** Estratégias da ilusão. A revolução mundial e o Brasil 1922-1935. Companhia das Letras. São Paulo, 1991.

**REZNIK, Luís.** Democracia e segurança nacional: a polícia política no pós-guerra. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

**SIQUEIRA, Bruno Bahia.** Ditadura Empresarial-Militar: O caso do Centro Comunitário de Segurança do Vale do Paraíba-CECOSE-VP. Pesquisa apresentada no XVIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica, XIV Encontro Latino Americano de Pós-Graduação e IV Encontro de Iniciação à Docência–Universidade do Vale do Paraíba.

**TONZAR ,Thatian Freitas & OLIVEIRA, Lourival José.** Das “listas negras”: um estudo da prática discriminatória de contratação de empregados e sua afronta aos direitos fundamentais. Revista de Direito Público,Londrina, V. 4, N. 1, P. 60-80, JAN/ABR. 2009.

**TUCHMAN, Barbara W.** A prática da História. José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1991.

***Textos obtidos na internet***

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/PoliciaPolitica>

<http://blog.esquerdaonline.com/?p=5009>

<http://blog.esquerdaonline.com/?p=5165>

<http://blog.esquerdaonline.com/?p=5067>

<http://www.enfoque.com.br/headlines/agbrasil/022015/20150227201042.asp>

<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/asp1812200292.htm>

<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,socos--tapas-e-pontapes-na-empresa-era-so-o-comeco,1789319>

<http://histriabemcontada.blogspot.com.br/2011/06/operacao-bandeirante-oban.html>

<http://cmvj-pernambuco.blogspot.com.br/2014/12/violacoes-de-direitos-humanos-dos.html>

<http://rosaluxspba.org/wp-content/uploads/2015/09/JornalVolks-Grafica.pdf>

<http://noblat.oglobo.globo.com/noticias/noticia/2005/05/como-as-empresas-ajudaram-ditadura-no-brasil-22604.html>

<https://br.boell.org/pt-br/2014/05/14/seminario-discute-relacoes-entre-brasil-e-alemanha-durante-ditadura>

[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/prontuarios/BR\\_SPA\\_PESP\\_DEOPSOS000099.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/prontuarios/BR_SPA_PESP_DEOPSOS000099.pdf)

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/destacamento-de-operacoes-e-informacoes-centro-de-operacoes-e-defesa-interna-doi-codi>

[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/prontuarios/BR\\_SPA\\_PESP\\_DEOPSOS000320.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/prontuarios/BR_SPA_PESP_DEOPSOS000320.pdf)

[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/prontuarios/BR\\_SPA\\_PESP\\_DEOPSOS000096.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/prontuarios/BR_SPA_PESP_DEOPSOS000096.pdf)

[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/prontuarios/BR\\_SPA\\_PESP\\_DEOPSOS001148.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/prontuarios/BR_SPA_PESP_DEOPSOS001148.pdf)

[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/prontuarios/BR\\_SPA\\_PESP\\_DEOPSOS001098.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/prontuarios/BR_SPA_PESP_DEOPSOS001098.pdf)

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/rede-parlamentar-nacional-de-direitos-humanos/perseguiacao>

[http://sindipetroalse.org.br/noticia/864/quem-deve-ser-chamado-a-depor-na-comissao-nacional-da-verdade?fb\\_comment\\_id=165421733660606\\_441455312723912#f28e294de198a46](http://sindipetroalse.org.br/noticia/864/quem-deve-ser-chamado-a-depor-na-comissao-nacional-da-verdade?fb_comment_id=165421733660606_441455312723912#f28e294de198a46)

<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/38816/cnv+sistema+da+volkswagen+para+vigiar+funcionarios+na+ditadura+foi+criado+por+criminoso+nazista.shtml>

<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,o-dops-sabia-da-presenca-de-mengele-no-brasil,1028459>

<http://oglobo.globo.com/brasil/o-elo-da-fiesp-com-porao-da-ditadura-794152#ixzz4CJr9GCVr>

<http://noticias.r7.com/brasil/documentos-sugerem-que-empresas-estrangeiras-entre-elasmontadoras-auxiliaram-ditadura-no-brasil-06082014>

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/textual/deops>

<http://www.arquivonacional.gov.br/index.php/acervos-mais-consultados-titulo/acervos-da-ditadura-militar.html>

<http://www.cnv.gov.br/todos-volume-1/650-agentes-publicos.html>

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2009/03/16/perseguidos-da-ditadura-acusam-fiesp-de-ter-utilizado-lista-negra.htm>

[https://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/05/politica/1409946867\\_763458.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/05/politica/1409946867_763458.html)

<http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKBN0G51SR20140805?sp=true>

<http://noticias.r7.com/brasil/documentos-sugerem-que-empresas-estrangeiras-entre-elasmontadoras-auxiliaram-ditadura-no-brasil-06082014>

<http://www.senado.gov.br/comissoes/ccai/05-Segunda%20Parte.pdf>

<https://www.terra.com.br/noticias/volkswagen-deve-pedir-desculpas-a-sociedade-brasileira,98b7c8c31aa05804c80e7f95a06328b5syg5m0av.html>

<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/38816/cnv+sistema+da+volkswagen+para+vigiar+funcionarios+na+ditadura+foi+criado+por+criminoso+nazista.shtml>

<http://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/wp-content/uploads/2016/08/Ditadura-empresaria-militar-o-caso-do-centro-comunit%C3%A1rio-de-seguran%C3%A7a-do-Vale-do-Paraiba.pdf>

## **9- Anexos**

- Anexo 1* - informe 1964 sobre Schultz-Wenk, arquivo original BR\_AN\_BSB\_VAZ\_059A\_0037
- Anexo 2* - relatório do dossiê Stangl no DOPS
- Anexo 3* - artigo da DW com entrevista com o Prof. Daniel Stahl.
- Anexo 4* - relatório de 1977 sobre possível sequestro de presidência de grande indústria alemã em SP.
- Anexo 5* - informação SNI 98/75/SI/DSI/MTb, arquivo AC\_ACE\_84252\_75, sobre ameaça terrorista em 1975.
- Anexo 6* - Informe 88/119/ASP/80, arquivo original ASP\_ACE\_2964\_80.
- Anexo 7* - Encaminhamento 1443/10/78/ASP/SNI, arquivo original ASP\_ACE\_7424\_81, referente a Comunidade Complementar de Informações.
- Anexo 8* - telegramas de 1967 do Cel Rudge, tirados do arquivo BR\_DFN\_BSB\_74\_REX\_APD\_0087.
- Anexo 9* - arquivo BR\_AN\_RIO\_TT\_MCP\_PRO\_0064-1 sobre procedimento de 1967 do CENIMAR sobre jornal acadêmico clandestino.
- Anexo 10* - Informação 1984/117/78-ASP/SNI sobre Flávio Moacir Pinheiro Lina Jr.
- Anexo 11* - 40-Z-11-741, Relatório 035/80
- Anexo 12* - relatório VW sobre apreensão jornal O Ferramenta
- Anexo 13* - Documentos DOPS sobre denúncia do Major Ramos quanto ao Capitão Plínio Fernandes.
- Anexo 14* - Oscar V. Sachs Jr narra episódio da participação de Ramos
- Anexo 15* - listagem do Major Ramos dos funcionários da segurança na fábrica 2.
- Anexo 16* - ficha do Major Ramos na ESG.
- Anexo 17* - ofícios no inquérito 784/72, localizados na pasta DOPS 30-C-1-22487.

- Anexo 18* - depoimento judicial do Sr Dal Pozo.
- Anexo 19* - depoimento judicial Amauri Danhone
- Anexo 20* - depoimento de policial que prendeu o Sr Amauri
- Anexo 21* - depoimento sr Lamartine
- Anexo 22* - reportagem sobre Sr Wenk
- Anexo 23* - relatório Rumel
- Anexo 24* - reportagem Rumel
- Anexo 25* - Of 044/52/AC/78, encontrado no arquivo ACAC 112712\_78, comunidade complementar de informações.
- Anexo 26* - arquivos DOPS 20-C-44-9072 sobre reunião no dia 27/out/80 na VW do ABC.
- Anexo 27* - Informe CECOSE-VP 114
- Anexo 28* - Informe CECOSE
- Anexo 29* - Informe CECOSE
- Anexo 30* - Informe CECOSE sobre metalurgicos despedidos após greve
- Anexo 31* - arquivos 50-Z-341-2732 e 20-c-44-12599, DOPS anotado "Fonte Volks"
- Anexo 32* - material a respeito de Claudedir Mulinari
- Anexo 33* - material sobre jornal clandestino encontrado na VW.
- Anexo 34* - comunicação interna VW.
- Anexo 35* - ficha Antonio Torini
- Anexo 36* - VW "doou verbalmente".
- Anexo 37* - arquivo AC\_ ACE\_4412\_79, ref. Embaixada alemã no Brasil.
- Anexo 38* - relatórios VW sobre greves em 1979.